



[illegible]

 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-lv	REV. CLIENTE 1	FOLHA: 2/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	


## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	3
D11 – LOTE 1 - QDA XXVI - SEM CONTRATO .....	4
D12 – LOTE 31 - QDA XXVI - CONTRATO Nº 3969.....	5
D13 – LOTE 30 - QDA XXVI - CONTRATO Nº 3970.....	9
D14 – LOTE 29 - QDA XXVI - CONTRATO Nº 3971.....	14
D15 – LOTE 28 - QDA XXVI CONTRATO Nº 3972.....	18
D16 – LOTE 27 - QDA XXVI - CONTRATO Nº 3973.....	22
D17 – LOTE 26 - QDA XXVI - CONTRATO Nº 7950.....	26
D18 – LOTE 25 - QDA XXVI - CONTRATO Nº 9371.....	30
D19 – LOTE 24 - QDA XXVI - CONTRATO Nº 3981.....	34
D20 – LOTE 23 - QDA XXVI - CONTRATO Nº 3982.....	38
D21 – LOTE 22 - QDA XXVI - CONTRATO Nº 8568.....	42
D22 – LOTE 21 - QDA XXVI - CONTRATO Nº 9367-F.....	48
D23 – LOTE 20 - QDA XXVI - CONTRATO Nº 5967.....	52
D24 – LOTE 22 - QDA XXVI - CONTRATO Nº 9677.....	56
D49 – LOTE 17 - QDA XXVII - CONTRATO Nº 6795.....	60
D50 – LOTE 16 - QDA XXVII - CONTRATO Nº 12960.....	64
D51 – LOTE 15 - QDA XXVII - CONTRATO Nº 14475.....	68
D52 – LOTE 14 - QDA XXVII - CONTRATO Nº 11.371/2010.....	72

 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-Iv	REV. CLIENTE 1	FOLHA:  3/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	


## 1. APRESENTAÇÃO

Este Anexo IV – Parte 1 apresenta os Contratos originais dos lotes a desapropriar no loteamento BOA VISTA III.

 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-lv	REV. CLIENTE 1	FOLHA: 4/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

**D11 – LOTE 1 - QDAXXVI– SEM CONTRATO**



 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-lv	REV. CLIENTE 1	FOLHA: 5/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

## D12 – LOTE 31 - QDAXXVI– CONTRATO Nº 3969

9377  
03969/00  
20916-5

**CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO**

Contrato de cessão, sob regime de aforamento, de terreno de marinha situado no bairro Boa Vista, cedido ao Município de Joinville pela União Federal, conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, autorização contida na Portaria n.º 886, de 26 de abril de 1991, do Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 03 de Outubro de 1991, e despacho do Delegado Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, exarado na forma do artigo 125, do Decreto Lei n.º 9760, de 05 de setembro de 1946, com título registrado sob n.º 74.119, de 13 de Outubro de 1993, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, que entre si fazem as partes abaixo identificadas, do imóvel adiante descrito, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

**Cláusula Primeira - DA CEDENTE E DO CESSIONÁRIO**

I - Cedente:

Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CGC n.º 83.163.629/0001-10, autorizada conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, neste ato representada pelo Secretário de Habitação.

II - Cessionário:

**JOSÉ CARLOS MARCELINO**, brasileiro(a), solteiro, portador(a) do CPF n.º 720.007.679-15, RG n.º 2/R2.841.106, residente à Rua São Leopoldo – Boa Vista, Quadra n.º 26, Lote n.º 31, bairro Boa Vista.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE

**Cláusula Segunda - DO IMÓVEL**

Urbanização Boa Vista  
Quadra n.º 26  
Lote n.º 31

LOTE N.º 31: Um terreno localizado neste município, na Rua São Leopoldo – trecho III, Bairro Boa Vista, distando 133,81 metros, da Rua III com as seguintes medidas e confrontações: frente a oeste com 12,00 metros, no alinhamento no Rua São Leopoldo – trecho III; a sul lado direito de quem da frente olha com 30,00 metros, confrontando com o lote n.º 30; ao norte lado esquerdo de quem da frente olha com 30,00 metros confrontando com os lotes n.º 01, 02 e 03; fazendo o travessão dos fundos a leste com 12,00 metros confrontando com os lotes n.º 06 e 07. Contendo a área total 346,49 m² (trezentos e quarenta e seis metros e quarenta e nove decímetros quadrados).

M. F.  
M.

José

### Cláusula Terceira - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**I -** O valor total da cessão do imóvel identificado na Cláusula Segunda é de 06 (seis) salários mínimos, que o cessionário pagará em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas de importância equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente por ocasião das respectivas quitações;

**II -** Com exceção da primeira prestação, as demais deverão ser pagas até o dia 10 de cada mês, na Caixa Econômica Federal ou naquele estabelecimento bancário que o concedente indicar, a crédito da conta especial do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento – F.M.T.H.P.S.;

**III -** atraso no pagamento implicará na aplicação de uma multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o débito, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração de mês, sem prejuízo da correção monetária calculada pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) ou de outro índice que venha substituí-lo;

**IV -** A cedente considerará como automaticamente quitado eventual saldo devedor remanescente após o pagamento da última das parcelas convencionadas no inciso I desta cláusula, ressalvando o seu direito de haver do Cessionário eventuais valores por este devidos a título de juros, correção monetária e multa ajustados neste instrumento, os quais, enquanto pendentes de pagamento, facultará ao Cedente o direito de não dar atendimento ao contido no inciso I, da Cláusula Oitava, sem prejuízo de outras medidas objetivando a sua cobrança.

### Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Considera-se rescindido o presente contrato, independentemente de notificação ou de qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, nas seguintes condições:

**I -** quando se verificar atraso no pagamento de 03 (três) prestações, salvo ocorrência de motivo justo, a ser analisado e reconhecido pela Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**II -** se o imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que foi destinada, nos termos do inciso II da Cláusula Sétima;

**III -** se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

**Parágrafo único -** Se verificada a hipótese de a rescisão contratual nos termos do "caput" e demais itens desta cláusula, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, a título de multa, 20% (vinte por cento) da importância paga pelo Cessionário, devidamente atualizada, devolvendo-lhe os 80% (oitenta por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas de valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições.

### Cláusula Quinta - DA DESISTÊNCIA

José

  
  
at.



Se na vigência deste contrato optar o Cessionário pela desistência do presente negócio, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, para cobertura de despesas administrativas, 5% (cinco por cento) do valor efetivamente pago pelo Cessionário, devidamente atualizado, devolvendo-lhe os 95% (noventa e cinco por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições, retornando o imóvel, objeto do contrato, ao Cedente.

#### **Cláusula Sexta - DO REGIME**

O presente contrato se faz pelo regime de cessão sob forma de aforamento.

#### **Cláusula Sétima - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

O cessionário se compromete a:

- I** - Iniciar a construção ou fixar-se no lote no prazo de 03 (três) meses após assinado o contrato, prazo este que poderá ser prorrogado uma única vez, por até mais 03 (três) meses, a critério da Cedente, através da Secretaria de Habitação;
- II** - destinar o uso do imóvel exclusivamente para fins residenciais da sua família;
- III** - não alugar, emprestar, doar, trocar, ceder ou alienar o imóvel, sob pena de rescisão do contrato, salvo autorização, por escrito, da Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**Parágrafo único** – A partir da assinatura deste contrato, todas as despesas com energia elétrica, água, luz e quaisquer taxas ou impostos emanados do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, correrão por conta do Cessionário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE

#### **Cláusula Oitava - DA QUITAÇÃO DA DÍVIDA**

- I** - Quitada a dívida a Cedente se obriga a averbar o contrato no Cartório de Registro de Imóveis da Circunscrição, correndo as despesas por conta do Cessionário, que passará a ser foreiro da União;
- II** - a escritura de que se trata o presente contrato só ser autorizada após o 12º mês de pagamento das prestações efetuadas, mesmo que, a dívida total do lote seja paga antecipadamente pelo cessionário;
- III** - A partir da data de assinatura da escritura, incidirá sobre o imóvel o foro pelo domínio útil, o qual deverá ser recolhido pelo Cessionário aos cofres da União.
- IV** - Na segunda transferência e nas que se seguirem, além do foro, incidirá sobre a operação o laudêmio sobre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias, desde que onerosa (art. 3º, "caput", do Decreto-Lei nº 2.398, de 21/12/87 e Decreto nº 95.760, de 01/03/88).

Jose

M. A.

### **Clausula Nona - DA COMUNICAÇÃO AO DPU/SC**

Compromete-se a Cedente a comunicar ao Departamento do Patrimônio da União - DPU/SC, toda a transferência levada a efeito, fazendo a juntada dos documentos comprobatórios.

### **Cláusula Décima - DA PESSOALIDADE**

O presente contrato é pessoal, não podendo ser transferido enquanto não quitado, a menos que tal transferência se faça aos herdeiros legais do cessionário, por motivo de seu falecimento.

### **Cláusula Décima Primeira - DO SEGURO**

**I -** O cessionário obriga-se a contratar seguro de vida no valor do imóvel durante o período de amortização da dívida, figurando a Cedente como beneficiária, o prêmio dever ser pago juntamente com a prestação mensal.

**II -** Em caso de falecimento do cessionário, o valor do seguro será utilizado para quitar o saldo de sua dívida.

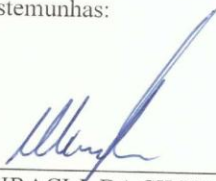
### **Cláusula Décima Segunda - DO FORO**

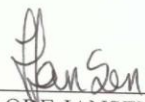
Fica eleito o foro da Comarca de Joinville para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir em decorrência deste contrato.

E por estarem acordes as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

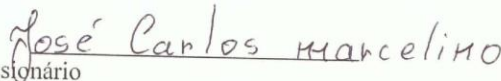
Joinville, 03 de maio de 1999.


Testemunhas:

  
UBIRACI J. DA SILVA,  
551.572.119-53.

  
INELORE JANSEN,  
534.634.989-87.

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE  
Eng. MARCO A. TEBALDI,  
Secretário.

  
Cessionário

 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-IV	REV. CLIENTE 1	FOLHA:  9/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

## D13 – LOTE 30 - QDA XXVI - – CONTRATO Nº 3970

Of. 94/04      9376  
03970/00

**CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO**

Contrato de cessão, sob regime de aforamento, de terreno de marinha situado no bairro Boa Vista, cedido ao Município de Joinville pela União Federal, conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, autorização contida na Portaria n.º 886, de 26 de abril de 1991, do Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 03 de Outubro de 1991, e despacho do Delegado Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, exarado na forma do artigo 125, do Decreto Lei n.º 9760, de 05 de setembro de 1946, com título registrado sob n.º 74.119, de 13 de Outubro de 1993, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, que entre si fazem as partes abaixo identificadas, do imóvel adiante descrito, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

**Cláusula Primeira - DA CEDENTE E DO CESSIONÁRIO**

I - Cedente:

Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CGC n.º 83.163.629/0001-10, autorizada conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, neste ato representada pelo Secretário de Habitação.

II - Cessionário:

**OLIVIO ELIAS ROSA**, brasileiro(a), casado, portador(a) do CPF n.º 180.690.539-68, RG n.º 2/R 1.541.261, residente à Rua São Leopoldo, Quadra n.º 26, Lote n.º 30, bairro Boa Vista.

**Cláusula Segunda - DO IMÓVEL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE

Urbanização Boa Vista  
Quadra n.º 26  
Lote n.º 30

LOTE N.º 30: Um terreno localizado neste município, na Rua São Leopoldo – trecho III, Bairro Boa Vista, distando 122,30 metros, da Rua III com as seguintes medidas e confrontações: frente a oeste com 11,51 metros, no alinhamento no Rua São Leopoldo – trecho III; a sul lado direito de quem da frente olha com 30,00 metros, confrontando com o lote n.º 29; ao norte lado esquerdo de quem da frente olha com 30,00 metros confrontando com o lote n.º 31; fazendo o travessão dos fundos a leste com 11,59 metros confrontando com os lotes n.º 07 e 08. Contendo a área total 346,49 m² (trezentos e Quarenta e seis metros e quarenta e nove décimos quadrados).

Olivio Elias Rosa      A



### Cláusula Terceira - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**I** - O valor total da cessão do imóvel identificado na Cláusula Segunda é de 06 (seis) salários mínimos, que o cessionário pagará em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas de importância equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente por ocasião das respectivas quitações;

**II** - Com exceção da primeira prestação, as demais deverão ser pagas até o dia 10 de cada mês, na Caixa Econômica Federal ou naquele estabelecimento bancário que o concedente indicar, a crédito da conta especial do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento - F.M.T.H.P.S.;

**III** - atraso no pagamento implicará na aplicação de uma multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o débito, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração de mês, sem prejuízo da correção monetária calculada pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) ou de outro índice que venha substituí-lo;

**IV** - A cedente considerará como automaticamente quitado eventual saldo devedor remanescente após o pagamento da última das parcelas convencionadas no inciso I desta cláusula, ressalvando o seu direito de haver do Cessionário eventuais valores por este devidos a título de juros, correção monetária e multa ajustados neste instrumento, os quais, enquanto pendentes de pagamento, facultará ao Cedente o direito de não dar atendimento ao contido no inciso I, da Cláusula Oitava, sem prejuízo de outras medidas objetivando a sua cobrança.

### Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Considera-se rescindido o presente contrato, independentemente de notificação ou de qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, nas seguintes condições:

**I** - quando se verificar atraso no pagamento de 03 (três) prestações, salvo ocorrência de motivo justo, a ser analisado e reconhecido pela Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**II** - se o imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que foi destinada, nos termos do inciso II da Cláusula Sétima;

**III** - se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

**Parágrafo único** - Se verificada a hipótese de a rescisão contratual nos termos do "caput" e demais itens desta cláusula, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, a título de multa, 20% (vinte por cento) da importância paga pelo Cessionário, devidamente atualizada, devolvendo-lhe os 80% (oitenta por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas de valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições.

### Cláusula Quinta - DA DESISTÊNCIA

Se na vigência deste contrato optar o Cessionário pela desistência do presente negócio, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, para cobertura de despesas

*Olívio*

*vi. 4*

administrativas, 5% (cinco por cento) do valor efetivamente pago pelo Cessionário, devidamente atualizado, devolvendo-lhe os 95% (noventa e cinco por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições, retornando o imóvel, objeto do contrato, ao Cedente.

#### Cláusula Sexta - DO REGIME

O presente contrato se faz pelo regime de cessão sob forma de aforamento.

#### Cláusula Sétima - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

O cessionário se compromete a:

- I - Iniciar a construção ou fixar-se no lote no prazo de 03 (três) meses após assinado o contrato, prazo este que poderá ser prorrogado uma única vez, por até mais 03 (três) meses, a critério da Cedente, através da Secretaria de Habitação;
- II - destinar o uso do imóvel exclusivamente para fins residenciais da sua família;
- III - não alugar, emprestar, doar, trocar, ceder ou alienar o imóvel, sob pena de rescisão do contrato, salvo autorização, por escrito, da Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**Parágrafo único** - A partir da assinatura deste contrato, todas as despesas com energia elétrica, água, luz e quaisquer taxas ou impostos emanados do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, correrão por conta do Cessionário.

#### Cláusula Oitava - DA QUITAÇÃO DA DÍVIDA

- I - Quitada a dívida a Cedente se obriga a averbar o contrato no Cartório de Registro de Imóveis da Circunscrição, correndo as despesas por conta do Cessionário, que passará a ser foreiro da União;
- II - a escritura de que se trata o presente contrato só ser autorizada após o 12º mês de pagamento das prestações efetuadas, mesmo que, a dívida total do lote seja paga antecipadamente pelo cessionário;
- III - A partir da data de assinatura da escritura, incidirá sobre o imóvel o foro pelo domínio útil, o qual deverá ser recolhido pelo Cessionário aos cofres da União.
- IV - Na segunda transferência e nas que se seguirem, além do foro, incidirá sobre a operação o laudêmio sobre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias, desde que onerosa (art. 3º, "caput", do Decreto-Lei nº 2.398, de 21/12/87 e Decreto nº 95.760, de 01/03/88).

olívio

di. H A

#### **Clausula Nona - DA COMUNICAÇÃO AO DPU/SC**

Compromete-se a Cedente a comunicar ao Departamento do Patrimônio da União - DPU/SC, toda a transferência levada a efeito, fazendo a juntada dos documentos comprobatórios.

#### **Cláusula Décima - DA PESSOALIDADE**

O presente contrato é pessoal, não podendo ser transferido enquanto não quitado, a menos que tal transferência se faça aos herdeiros legais do cessionário, por motivo de seu falecimento.

#### **Cláusula Décima Primeira - DO SEGURO**

I - O cessionário obriga-se a contratar seguro de vida no valor do imóvel durante o período de amortização da dívida, figurando a Cedente como beneficiária, o prêmio dever ser pago juntamente com a prestação mensal.

II - Em caso de falecimento do cessionário, o valor do seguro será utilizado para quitar o saldo de sua dívida.

#### **Cláusula Décima Segunda - DO FORO**

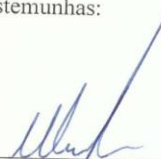
Fica eleito o foro da Comarca de Joinville para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir em decorrência deste contrato.

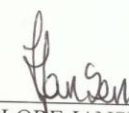
#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**


E por estarem acordes as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Joinville, 16 de abril de 1999.

Testemunhas:


  
UBIRACI J. DA SILVA,  
551.572.119-53.

  
INELORE JANSEN,  
534.634.989-87.

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE  
Eng. MARCO A. TEBALDI,  
Secretário.

  
Cessionário



 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-IV	REV. CLIENTE 1	FOLHA: 13/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

CONTRATO n.º: 7260 Pg. n.º: 11

### DO FORO


As partes contratantes se obrigam por si, herdeiros e sucessores ao fiel cumprimento deste contrato e elegem o foro da Comarca desta cidade, para dirimir eventuais ações que se originarem do presente contrato, com renúncia a qualquer outro que, porventura, venha a existir.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza um só efeito de direito, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Joinville, 7 de Julho de 2004

### CONCEDENTE:

  
**DIVALDO MARCON**  
Secretário

  
**INELORE JANSEN**  
Divisão Social

  
**ANA JOANA H WILLEMANN**  
Divisão de Fomento

### CONCESSIONÁRIO(A)(S):


  
**LUCIENE FERREIRA DA SILVA**  
CRESCENCIO  
020.169.369-08

  
**JAIR FERNANDES CRESCENCIO**  
897.925.649-34

### TESTEMUNHAS:

  
**Maria Amélia do Rosário Irala**

  
**Raquel Francine Welter**

 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-IV	REV. CLIENTE 1	FOLHA: 14/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

## D14 – LOTE 29 - QDA XXVI - – CONTRATO Nº 3971

9375-F  
03971/00

**CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO**

Contrato de cessão, sob regime de aforamento, de terreno de marinha situado no bairro Boa Vista, cedido ao Município de Joinville pela União Federal, conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, autorização contida na Portaria n.º 886, de 26 de abril de 1991, do Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 03 de Outubro de 1991, e despacho do Delegado Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, exarado na forma do artigo 125, do Decreto Lei n.º 9760, de 05 de setembro de 1946, com título registrado sob n.º 74.119, de 13 de Outubro de 1993, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, que entre si fazem as partes abaixo identificadas, do imóvel adiante descrito, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

**Cláusula Primeira - DA CEDENTE E DO CESSIONÁRIO**

I - Cedente:

Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CGC n.º 83.163.629/0001-10, autorizada conforme Processo MF n.º 10983002949/91-38, neste ato representada pelo Secretário de Habitação.

II - Cessionário:

**ADELSON FERREIRA SILVA**, brasileiro, casado, portador(a) do CPF n.º 608.422.029-00, RG n.º 4.374.858-0, residente à Rua São Leopoldo – Boa Vista, Quadra n.º 26, lote n.º 29, bairro Boa Vista.

**Cláusula Segunda - DO IMÓVEL**

Urbanização Boa Vista  
Quadra n.º 26  
Lote n.º 29

LOTE N.º 29: Um terreno localizado neste município na rua São Leopoldo – trecho III, bairro Boa Vista, distando 110,00 metros da rua III, com as seguintes medida e confrontações: frente a oeste com 12,30 metros, no alinhamento da rua São Leopoldo - trecho III; a sul, lado direito de quem da frente olha com 30,00 metros, com o lote n.º 28; ao norte lado esquerdo de quem da frente olha com 30,00 metros confrontando com o lote n.º 30; fazendo travessão dos fundos à leste com 11,70 metros, confrontando com os lotes n.º 08 e n.º 09. Contendo a área total de 356,50 m² (trezentos e cinquenta e seis metros e cinquenta décimos quadrados).

### Cláusula Terceira - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**I -** O valor total da cessão do imóvel identificado na Cláusula Segunda é de 06 (seis) salários mínimos, que o cessionário pagará em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas de importância equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente por ocasião das respectivas quitações;

**II -** Com exceção da primeira prestação, as demais deverão ser pagas até o dia 10 de cada mês, na Caixa Econômica Federal ou naquele estabelecimento bancário que o concedente indicar, a crédito da conta especial do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento – F.M.T.H.P.S.;

**III -** atraso no pagamento implicará na aplicação de uma multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o débito, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração de mês, sem prejuízo da correção monetária calculada pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) ou de outro índice que venha substituí-lo;

**IV -** A cedente considerará como automaticamente quitado eventual saldo devedor remanescente após o pagamento da última das parcelas convencionadas no inciso I desta cláusula, ressalvando o seu direito de haver do Cessionário eventuais valores por este devidos a título de juros, correção monetária e multa ajustados neste instrumento, os quais, enquanto pendentes de pagamento, facultará ao Cedente o direito de não dar atendimento ao contido no inciso I, da Cláusula Oitava, sem prejuízo de outras medidas objetivando a sua cobrança.

### Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Considera-se rescindido o presente contrato, independentemente de notificação ou de qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, nas seguintes condições:

**I -** quando se verificar atraso no pagamento de 03 (três) prestações, salvo ocorrência de motivo justo, a ser analisado e reconhecido pela Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**II -** se o imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que foi destinada, nos termos do inciso II da Cláusula Sétima;

**III -** se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

**Parágrafo único -** Se verificada a hipótese de a rescisão contratual nos termos do "caput" e demais itens desta cláusula, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, a título de multa, 20% (vinte por cento) da importância paga pelo Cessionário, devidamente atualizada, devolvendo-lhe os 80% (oitenta por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas de valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições.

### Cláusula Quinta - DA DESISTÊNCIA

  
M.



Se na vigência deste contrato optar o Cessionário pela desistência do presente negócio, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, para cobertura de despesas administrativas, 5% (cinco por cento) do valor efetivamente pago pelo Cessionário, devidamente atualizado, devolvendo-lhe os 95% (noventa e cinco por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições, retornando o imóvel, objeto do contrato, ao Cedente.

#### **Cláusula Sexta - DO REGIME**

O presente contrato se faz pelo regime de cessão sob forma de aforamento.

#### **Cláusula Sétima - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

O cessionário se compromete a:

- I** - Iniciar a construção ou fixar-se no lote no prazo de 03 (três) meses após assinado o contrato, prazo este que poderá ser prorrogado uma única vez, por até mais 03 (três) meses, a critério da Cedente, através da Secretaria de Habitação;
- II** - destinar o uso do imóvel exclusivamente para fins residenciais da sua família;
- III** - não alugar, emprestar, doar, trocar, ceder ou alienar o imóvel, sob pena de rescisão do contrato, salvo autorização, por escrito, da Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**Parágrafo único** - A partir da assinatura deste contrato, todas as despesas com energia elétrica, água, luz e quaisquer taxas ou impostos emanados do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, correrão por conta do Cessionário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE

#### **Cláusula Oitava - DA QUITAÇÃO DA DÍVIDA**

- I** - Quitada a dívida a Cedente se obriga a averbar o contrato no Cartório de Registro de Imóveis da Circunscrição, correndo as despesas por conta do Cessionário, que passará a ser foreiro da União;
- II** - a escritura de que se trata o presente contrato só ser autorizada após o 12º mês de pagamento das prestações efetuadas, mesmo que, a dívida total do lote seja paga antecipadamente pelo cessionário;
- III** - A partir da data de assinatura da escritura, incidirá sobre o imóvel o foro pelo domínio útil, o qual deverá ser recolhido pelo Cessionário aos cofres da União.
- IV** - Na segunda transferência e nas que se seguirem, além do foro, incidirá sobre a operação o laudêmio sobre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias, desde que onerosa (art. 3º, "caput", do Decreto-Lei nº 2.398, de 21/12/87 e Decreto nº 95.760, de 01/03/88).

#### **Clausula Nona - DA COMUNICAÇÃO AO DPU/SC**

Compromete-se a Cedente a comunicar ao Departamento do Patrimônio da União - DPU/SC, toda a transferência levada a efeito, fazendo a juntada dos documentos comprobatórios.

#### **Cláusula Décima - DA PESSOALIDADE**

O presente contrato é pessoal, não podendo ser transferido enquanto não quitado, a menos que tal transferência se faça aos herdeiros legais do cessionário, por motivo de seu falecimento.

#### **Cláusula Décima Primeira - DO SEGURO**

I - O cessionário obriga-se a contratar seguro de vida no valor do imóvel durante o período de amortização da dívida, figurando a Cedente como beneficiária, o prêmio dever ser pago juntamente com a prestação mensal.

II - Em caso de falecimento do cessionário, o valor do seguro será utilizado para quitar o saldo de sua dívida.


#### **Cláusula Décima Segunda - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Joinville para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir em decorrência deste contrato.

E por estarem acordes as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Joinville, 03 de maio de 1999.


Testemunhas:

  
UBIRACI J. DA SILVA,  
551.572.119-53.

  
INELORE JANSEN,  
534.634.989-87.

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE  
Eng. MARCO A. TEBALDI,  
Secretário.

  
Cessionário

 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-IV	REV. CLIENTE 1	FOLHA:  18/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

## D15 – LOTE 28 - QDA XXVI - – CONTRATO Nº 3972

03972/00  
9374-f

**CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO**

Contrato de cessão, sob regime de aforamento, de terreno de marinha situado no bairro Boa Vista, cedido ao Município de Joinville pela União Federal, conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, autorização contida na Portaria n.º 886, de 26 de abril de 1991, do Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 03 de Outubro de 1991, e despacho do Delegado Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, exarado na forma do artigo 125, do Decreto Lei n.º 9760, de 05 de setembro de 1946, com título registrado sob n.º 74.119, de 13 de Outubro de 1993, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, que entre si fazem as partes abaixo identificadas, do imóvel adiante descrito, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

**Cláusula Primeira - DA CEDENTE E DO CESSIONÁRIO**

I - Cedente:

Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CGC n.º 83.163.629/0001-10, autorizada conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, neste ato representada pelo Secretário de Habitação.

II - Cessionário:

**IRONEI DE JESUS OLIVEIRA**, brasileiro(a), casado, portador(a) do CPF n.º 472.309.839-91, RG n.º 3.876.193, residente à Rua São Leopoldo, Quadra n.º 26, Lote n.º 28, bairro Boa Vista.

**Cláusula Segunda - DO IMÓVEL A MUNICIPAL DE JOINVILLE**

Urbanização Boa Vista  
Quadra n.º 26  
Lote n.º 28

LOTE N.º 28: Um terreno localizado neste município, na Rua São Leopoldo – trecho III, Bairro Boa Vista, distando 98,35 metros, da Rua III com as seguintes medidas e confrontações: frente a oeste com 11,65 metros, no alinhamento no Rua São Leopoldo – trecho III; a sul lado direito de quem da frente olha com 30,00 metros, confrontando com o lote n.º 27; ao norte lado esquerdo de quem da frente olha com 30,00 metros confrontando com o lote n.º 29; fazendo o travessão dos fundos a leste com 12,41 metros confrontando com os lotes n.º 09 e 10. Contendo a área total 360,49 m² (trezentos e sessenta metros e quarenta e nove décimos quadrados).

ei. H M



### Cláusula Terceira - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O valor total da cessão do imóvel identificado na Cláusula Segunda é de 06 (seis) salários mínimos, que o cessionário pagará em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas de importância equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente por ocasião das respectivas quitações;

II - Com exceção da primeira prestação, as demais deverão ser pagas até o dia 10 de cada mês, na Caixa Econômica Federal ou naquele estabelecimento bancário que o concedente indicar, a crédito da conta especial do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento - F.M.T.H.P.S.;

III - atraso no pagamento implicará na aplicação de uma multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o débito, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração de mês, sem prejuízo da correção monetária calculada pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) ou de outro índice que venha substituí-lo;

IV - A cedente considerará como automaticamente quitado eventual saldo devedor remanescente após o pagamento da última das parcelas convencionadas no inciso I desta cláusula, ressalvando o seu direito de haver do Cessionário eventuais valores por este devidos a título de juros, correção monetária e multa ajustados neste instrumento, os quais, enquanto pendentes de pagamento, facultará ao Cedente o direito de não dar atendimento ao contido no inciso I, da Cláusula Oitava, sem prejuízo de outras medidas objetivando a sua cobrança.

### Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Considera-se rescindido o presente contrato, independentemente de notificação ou de qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, nas seguintes condições:

I - quando se verificar atraso no pagamento de 03 (três) prestações, salvo ocorrência de motivo justo, a ser analisado e reconhecido pela Cedente, através da Secretaria de Habitação;

II - se o imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que foi destinada, nos termos do inciso II da Cláusula Sétima;

III - se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

**Parágrafo único** - Se verificada a hipótese de a rescisão contratual nos termos do "caput" e demais itens desta cláusula, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, a título de multa, 20% (vinte por cento) da importância paga pelo Cessionário, devidamente atualizada, devolvendo-lhe os 80% (oitenta por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas de valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições.

### Cláusula Quinta - DA DESISTÊNCIA

Se na vigência deste contrato optar o Cessionário pela desistência do presente negócio, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, para cobertura de despesas



administrativas, 5% (cinco por cento) do valor efetivamente pago pelo Cessionário, devidamente atualizado, devolvendo-lhe os 95% (noventa e cinco por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições, retornando o imóvel, objeto do contrato, ao Cedente.

#### **Cláusula Sexta - DO REGIME**

O presente contrato se faz pelo regime de cessão sob forma de aforamento.

#### **Cláusula Sétima - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

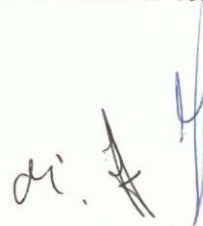
O cessionário se compromete a:

- I** - Iniciar a construção ou fixar-se no lote no prazo de 03 (três) meses após assinado o contrato, prazo este que poderá ser prorrogado uma única vez, por até mais 03 (três) meses, a critério da Cedente, através da Secretaria de Habitação;
- II** - destinar o uso do imóvel exclusivamente para fins residenciais da sua família;
- III** - não alugar, emprestar, doar, trocar, ceder ou alienar o imóvel, sob pena de rescisão do contrato, salvo autorização, por escrito, da Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**Parágrafo único** - A partir da assinatura deste contrato, todas as despesas com energia elétrica, água, luz e quaisquer taxas ou impostos emanados do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, correrão por conta do Cessionário.

#### **Cláusula Oitava - DA QUITAÇÃO DA DÍVIDA**

- I** - Quitada a dívida a Cedente se obriga a averbar o contrato no Cartório de Registro de Imóveis da Circunscrição, correndo as despesas por conta do Cessionário, que passará a ser foreiro da União;
- II** - a escritura de que se trata o presente contrato só ser autorizada após o 12º mês de pagamento das prestação efetuadas, mesmo que, a dívida total do lote seja paga antecipadamente pelo cessionário;
- III** - A partir da data de assinatura da escritura, incidirá sobre o imóvel o foro pelo domínio útil, o qual deverá ser recolhido pelo Cessionário aos cofres da União.
- IV** - Na segunda transferência e nas que se seguirem, além do foro, incidirá sobre a operação o laudêmio sobre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias, desde que onerosa (art. 3º, "caput", do Decreto-Lei nº 2.398, de 21/12/87 e Decreto nº 95.760, de 01/03/88).





#### **Clausula Nona - DA COMUNICAÇÃO AO DPU/SC**

Compromete-se a Cedente a comunicar ao Departamento do Patrimônio da União - DPU/SC, toda a transferência levada a efeito, fazendo a juntada dos documentos comprobatórios.

#### **Cláusula Décima - DA PESSOALIDADE**

O presente contrato é pessoal, não podendo ser transferido enquanto não quitado, a menos que tal transferência se faça aos herdeiros legais do cessionário, por motivo de seu falecimento.

#### **Cláusula Décima Primeira - DO SEGURO**

I - O cessionário obriga-se a contratar seguro de vida no valor do imóvel durante o período de amortização da dívida, figurando a Cedente como beneficiária, o prêmio dever ser pago juntamente com a prestação mensal.

II - Em caso de falecimento do cessionário, o valor do seguro será utilizado para quitar o saldo de sua dívida.

#### **Cláusula Décima Segunda - DO FORO**


Fica eleito o foro da Comarca de Joinville para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir em decorrência deste contrato.


#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**

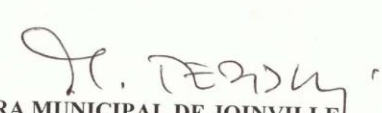
E por estarem acordes as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

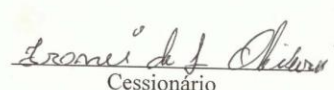
Joinville, 16 de abril de 1999.


Testemunhas:

  
UBIRACI J. DA SILVA,  
551.572.119-53.

  
INELORE JANSEN,  
534.634.989-87.

  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**  
Eng. MARCO A. TEBALDI,  
Secretário.

  
Cessionário

 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-IV	REV. CLIENTE 1	FOLHA: 22/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

## D16 – LOTE 27 - QDA XXVI - - CONTRATO Nº 3973

03973/00  
9373

**CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO**

Contrato de cessão, sob regime de aforamento, de terreno de marinha situado no bairro Boa Vista, cedido ao Município de Joinville pela União Federal, conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, autorização contida na Portaria n.º 886, de 26 de abril de 1991, do Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 03 de Outubro de 1991, e despacho do Delegado Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, exarado na forma do artigo 125, do Decreto Lei n.º 9760, de 05 de setembro de 1946, com título registrado sob n.º 74.119, de 13 de Outubro de 1993, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, que entre si fazem as partes abaixo identificadas, do imóvel adiante descrito, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

**Cláusula Primeira - DA CEDENTE E DO CESSIONÁRIO**

I - Cedente:

Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CGC n.º 83.163.629/0001-10, autorizada conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, neste ato representada pelo Secretário de Habitação.

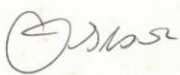

II - Cessionário:

**OSCAR DA ROSA OLIVEIRA**, brasileiro(a), casado, portador(a) do CPF n.º 727.343.539-20, RG n.º 2/R 2.719.388, residente à Rua São Leopoldo, Quadra n.º 26, Lote n.º 27, bairro Boa Vista.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO IMÓVEL DA MUNICIPAL DE JOINVILLE**

Urbanização Boa Vista  
Quadra n.º 26  
Lote n.º 27

LOTE N.º 27: Um terreno localizado neste município, na Rua São Leopoldo – trecho III, Bairro Boa Vista, distando 86,64 metros, da Rua III com as seguintes medidas e confrontações: frente a oeste com 11,71 metros, no alinhamento no Rua São Leopoldo – trecho III; a sul lado direito de quem da frente olha com 30,00 metros, confrontando com o lote n.º 26; ao norte lado esquerdo de quem da frente olha com 30,00 metros confrontando com o lote n.º 28; fazendo o travessão dos fundos a leste com 11,47 metros confrontando com os lotes n.º 10 e 11. Contendo a área total 354,45 m² (trezentos e cinquenta e quatro metros e quarenta e cinco décimos quadrados).



### Cláusula Terceira - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**I** - O valor total da cessão do imóvel identificado na Cláusula Segunda é de 06 (seis) salários mínimos, que o cessionário pagará em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas de importância equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente por ocasião das respectivas quitações;

**II** - Com exceção da primeira prestação, as demais deverão ser pagas até o dia 10 de cada mês, na Caixa Econômica Federal ou naquele estabelecimento bancário que o concedente indicar, a crédito da conta especial do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento - F.M.T.H.P.S.;

**III** - atraso no pagamento implicará na aplicação de uma multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o débito, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração de mês, sem prejuízo da correção monetária calculada pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) ou de outro índice que venha substituí-lo;

**IV** - A cedente considerará como automaticamente quitado eventual saldo devedor remanescente após o pagamento da última das parcelas convencionadas no inciso I desta cláusula, ressalvando o seu direito de haver do Cessionário eventuais valores por este devidos a título de juros, correção monetária e multa ajustados neste instrumento, os quais, enquanto pendentes de pagamento, facultará ao Cedente o direito de não dar atendimento ao contido no inciso I, da Cláusula Oitava, sem prejuízo de outras medidas objetivando a sua cobrança.

### Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Considera-se rescindido o presente contrato, independentemente de notificação ou de qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, nas seguintes condições:

**I** - quando se verificar atraso no pagamento de 03 (três) prestações, salvo ocorrência de motivo justo, a ser analisado e reconhecido pela Cedente, através da Secretaria de Habitação;

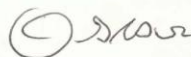
**II** - se o imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que foi destinada, nos termos do inciso II da Cláusula Sétima;


**III** - se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

**Parágrafo único** - Se verificada a hipótese de a rescisão contratual nos termos do "caput" e demais itens desta cláusula, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, a título de multa, 20% (vinte por cento) da importância paga pelo Cessionário, devidamente atualizada, devolvendo-lhe os 80% (oitenta por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas de valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições.

### Cláusula Quinta - DA DESISTÊNCIA

Se na vigência deste contrato optar o Cessionário pela desistência do presente negócio, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, para cobertura de despesas





administrativas, 5% (cinco por cento) do valor efetivamente pago pelo Cessionário, devidamente atualizado, devolvendo-lhe os 95% (noventa e cinco por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições, retornando o imóvel, objeto do contrato, ao Cedente.

#### **Cláusula Sexta - DO REGIME**

O presente contrato se faz pelo regime de cessão sob forma de aforamento.

#### **Cláusula Sétima - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

O cessionário se compromete a:

- I** - Iniciar a construção ou fixar-se no lote no prazo de 03 (três) meses após assinado o contrato, prazo este que poderá ser prorrogado uma única vez, por até mais 03 (três) meses, a critério da Cedente, através da Secretaria de Habitação;
- II** - destinar o uso do imóvel exclusivamente para fins residenciais da sua família;
- III** - não alugar, emprestar, doar, trocar, ceder ou alienar o imóvel, sob pena de rescisão do contrato, salvo autorização, por escrito, da Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**Parágrafo único** - A partir da assinatura deste contrato, todas as despesas com energia elétrica, água, luz e quaisquer taxas ou impostos emanados do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, correrão por conta do Cessionário.

#### **Cláusula Oitava - DA QUITAÇÃO DA DÍVIDA**

- I** - Quitada a dívida a Cedente se obriga a averbar o contrato no Cartório de Registro de Imóveis da Circunscrição, correndo as despesas por conta do Cessionário, que passará a ser foreiro da União;
- II** - a escritura de que se trata o presente contrato só ser autorizada após o 12º mês de pagamento das prestações efetuadas, mesmo que, a dívida total do lote seja paga antecipadamente pelo cessionário;
- III** - A partir da data de assinatura da escritura, incidirá sobre o imóvel o foro pelo domínio útil, o qual deverá ser recolhido pelo Cessionário aos cofres da União.
- IV** - Na segunda transferência e nas que se seguirem, além do foro, incidirá sobre a operação o laudêmio sobre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias, desde que onerosa (art. 3º, "caput", do Decreto-Lei nº 2.398, de 21/12/87 e Decreto nº 95.760, de 01/03/88).

*Cedente*

*Cessionário*

#### **Clausula Nona - DA COMUNICAÇÃO AO DPU/SC**

Compromete-se a Cedente a comunicar ao Departamento do Patrimônio da União - DPU/SC, toda a transferência levada a efeito, fazendo a juntada dos documentos comprobatórios.

#### **Cláusula Décima - DA PESSOALIDADE**

O presente contrato é pessoal, não podendo ser transferido enquanto não quitado, a menos que tal transferência se faça aos herdeiros legais do cessionário, por motivo de seu falecimento.

#### **Cláusula Décima Primeira - DO SEGURO**

**I** - O cessionário obriga-se a contratar seguro de vida no valor do imóvel durante o período de amortização da dívida, figurando a Cedente como beneficiária, o prêmio dever ser pago juntamente com a prestação mensal.

**II** - Em caso de falecimento do cessionário, o valor do seguro será utilizado para quitar o saldo de sua dívida.

#### **Cláusula Décima Segunda - DO FORO**


Fica eleito o foro da Comarca de Joinville para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir em decorrência deste contrato.


#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**

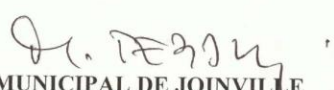
E por estarem acordes as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

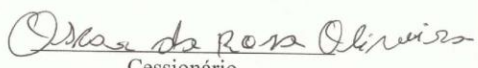
Joinville, 16 de abril de 1999.

Testemunhas:


  
UBIRACI J. DA SILVA,  
551.572.119-53.

  
INELORE JANSEN,  
534.634.989-87.

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE  
Eng. MARCO A. TEBALDI,  
Secretário.

  
Cessionário



 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-IV	REV. CLIENTE 1	FOLHA: 26/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

## D17 – LOTE 26 - QDA XXVI - – CONTRATO Nº 7950

CONTRATO n.º: 7950 Pg. n.º: 010

**CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO**

Contrato de cessão, sob regime de aforamento, de terreno de marinha situado no bairro Boa Vista, cedido ao Município de Joinville pela União Federal, conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, autorização contida na Portaria n.º 886, de 26 de abril de 1991, do Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 03 de Outubro de 1991, e despacho do Delegado Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, exarado na forma do artigo 125, do Decreto Lei n.º 9760, de 05 de setembro de 1946, com título registrado sob n.º 74.119, de 13 de Outubro de 1993, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, que entre si fazem as partes abaixo identificadas, do imóvel adiante descrito, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

**Cláusula Primeira - DA CEDENTE E DO CESSIONÁRIO**

I - Cedente:

Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CGC n.º 83.163.629/0001-10, autorizada conforme Processo MF n.º 10983002949/91-38, neste ato representada pelo Secretário de Habitação.

II - Cessionário:

VILMAR AVANCI MIRANDA, brasileiro(a), CASADO(a), portador(a) do CPF n.º 792.012.539-15, RG n.º 2/R 2.849.348; e REJANE CRISTINA DA SILVA CPF N.º 015.654.759-76, RG 3.554.714 residente à URBANIZAÇÃO BOA VISTA, Quadra - Lote: 26 – 26, bairro Boa Vista.

**Cláusula Segunda - DO IMÓVEL**

**URBANIZAÇÃO BOA VISTA**  
**Quadra n.º 26**  
**Lote n.º 26**

**LOTE N.º 26:** Um terreno localizado neste município, na Rua São Leopoldo – trecho III, Bairro Boa Vista, distando 74,35 metros, da Rua III com as seguintes medidas e confrontações: frente a oeste com 12,29 metros, no alinhamento no Rua São Leopoldo – trecho III; a sul lado direito de quem da frente olha com 30,00 metros, confrontando com o lote n.º 25; ao norte lado esquerdo de quem da frente olha com 30,00 metros confrontando com o lote n.º 27; fazendo o travessão dos fundos a leste com 12,29 metros confrontando com os lotes n.º 11, 12 e 13. Contendo a área total 370,50 m<sup>2</sup> (trezentos e setenta metros e cinquenta decímetros quadrados).

**Cláusula Terceira - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

CONTRATO: 03980/2000      PF: 20891      PS: 23014

*Vilmar*  
*Rejane*

*[Assinaturas]*

I - O valor total da cessão do imóvel identificado na Cláusula Segunda é de 06 (seis) salários mínimos, que o cessionário pagará em parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas de importância equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente por ocasião das respectivas quitações;

II - Com exceção da primeira prestação, as demais deverão ser pagas até o dia 10 de cada mês, na Caixa Econômica Federal, COOPERCRED ou naquele estabelecimento bancário que o concedente indicar, a crédito da conta especial do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento - F.M.T.H.P.S;

III - O atraso no pagamento implicará na aplicação de uma multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o débito, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração de mês, sem prejuízo da correção monetária calculada pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) ou de outro índice que venha substituí-lo;

IV - A cedente considerará como automaticamente quitado eventual saldo devedor remanescente após o pagamento da última das parcelas convencionadas no inciso I desta cláusula, ressalvando o seu direito de haver do Cessionário eventuais valores por este devidos a título de juros, correção monetária e multa ajustados neste instrumento, os quais, enquanto pendentes de pagamento, facultará ao Cedente o direito de não dar atendimento ao contido no inciso I, da Cláusula Oitava, sem prejuízo de outras medidas objetivando a sua cobrança.

#### Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Considera-se rescindido o presente contrato, independentemente de notificação ou de qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, nas seguintes condições:

I - quando se verificar atraso no pagamento de 03 (três) prestações, salvo ocorrência de motivo justo, a ser analisado e reconhecido pela Cedente, através da Secretaria de Habitação;

II - se o imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que foi destinada, nos termos do inciso II da Cláusula Sétima;

III - se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

Parágrafo único - Se verificada a hipótese de a rescisão contratual nos termos do "caput" e demais itens desta cláusula, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, a título de multa, 20% (vinte por cento) da importância paga pelo Cessionário, devidamente atualizada, devolvendo-lhe os 80% (oitenta por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas de valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições.

#### Cláusula Quinta - DA DESISTÊNCIA

Se na vigência deste contrato optar o Cessionário pela desistência do presente negócio, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, para cobertura de despesas administrativas, 3% (três por cento) do valor efetivamente pago pelo Cessionário, devidamente atualizado, devolvendo-lhe os 97% (noventa e sete por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas de valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições, retornando o imóvel, objeto do contrato, ao Cedente.

CONTRATO: 03980/2000

PF: 20891

PS: 23014



CONTRATO n.º: 4950 Pg. n.º: 032



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**  
**SECRETARIA DE HABITAÇÃO**

**TERMO DE TRANSFERÊNCIA**

Por este Instrumento Particular de Transferência, as partes adiante mencionadas e qualificadas no item 1 deste instrumento, têm, entre si, justas e contratadas, o seguinte:

**1 – QUALIFICAÇÃO DAS PARTES**

CONCESSIONÁRIO(A)(S) ANTERIOR(A)(ES): **VILMAR AVANCI MIRANDA**, brasileiro(a), CASADO(A), portador(a) do CPF n.º 792.012.539-15, Cédula de Identidade n.º 2/R-2.849.348 SSP-SC e **REJANE CRISTINA DA SILVA**, brasileiro(a), CASADO(A), portador(a) do CPF n.º 015.654.759-76, Cédula de Identidade n.º 2/C-3.554.714 SSP-SC; residente(s) e domiciliado(s) em Joinville/SC.

CONCESSIONÁRIO(A)(S) NOVO(A)(S): **VALDIR CARLOS DE SOUZA**, brasileiro(a), CASADO COM COMUNHAO PARCIAL DE BENS, inscrito(a) no CPF/MF. sob o n.º 293.390.909-00, e portador(a) da Cédula de Identidade n.º 718.186-8, SSP/SC e **ROSELI LEMOS DE SOUZA**, brasileiro(a), CASADO COM COMUNHAO PARCIAL DE BENS, inscrito(a) no CPF/MF. sob o n.º 658.085.179-15, e portador(a) da Cédula de Identidade n.º 2/R-2.274.326 SSP/SC; residente(s) e domiciliado(s) em Joinville/SC.

**2 – CONCEDENTE ANUENTE:** Município de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 83.169.623/0001-10, neste ato representado pelo Secretário de Habitação do Município.

**3 – ELEMENTOS IDENTIFICADORES DO CONTRATO ORIGINÁRIO**

CONTRATO POR INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONCESSÃO DE USO REAL N.º 3980, ASSINADO EM 22/02/2001, RELATIVO A CESSÃO DE DIREITO DE USO REAL DO LOTE n.º 26 QUADRA 026, URB. BOA VISTA.

**4 –** Neste ato o(s) CONCESSIONÁRIO(A)(S) ANTERIOR(A)(ES), com a anuência do CONCEDENTE, transfere(m) para os CONCESSIONÁRIO(A)(S) NOVO(A)(S) o contrato descrito no campo “3” deste instrumento.

**5 –** Assim, com a transferência aqui formalizada, o(s) CONCESSIONÁRIO(A)(S) NOVO(A)(S) assume(m) todos os direitos e obrigações do contrato descrito no campo “3” deste instrumento, comprometendo-se a cumpri-lo, sob as penalidades já previstas em cláusulas contratuais e na legislação. Consequentemente, ficam quitados todos os direitos e obrigações em relação a(o)(s) CONCESSIONÁRIO(A)(S) ANTERIOR(ES), prosseguindo-se o contrato entre o CONCEDENTE e o(a)(s) CONCESSIONÁRIO(A)(S) NOVO(A)(S). Contrato transferido **QUITADO** n.º 7950.

Contrato n.º 7950



CONTRATO nº: 7950 Pg. nº: 031

6 - As partes ratificam os demais termos, condições e cláusulas constantes do Contrato anteriormente firmado, e descrito no campo "3" deste instrumento, ficando este fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que, juntos produzam um só efeito.

E pôr estarem assim de pleno acordo com as condições deste instrumento, assinam o presente:

Joinville, 21 de Janeiro de 2005.

ASSINATURA DAS PARTES:

CONCESSIONÁRIO(A)(S) ANTERIOR(ES):

Conforme Contrato Particular de Compra e Venda anexo ao processo.

VILMAR AVANCI MIRANDA

792.012.539-15

REJANE CRISTINA DA SILVA

015.654.759-76

CONCESSIONÁRIO(A)(S) NOVO(A)(S):

Valdir Carlos de Souza  
VALDIR CARLOS DE SOUZA

293.390.909-00

Roseli Lemos de Souza  
ROSELI LEMOS DE SOUZA

658.085.179-15

CONCEDENTE ANUENTE:

Giovanni Gonçalves  
GIOVANNI GONÇALVES

Secretário

Inelore Jansen  
INELORE JANSEN

Assistente Social


Eloisa Helena Garcia  
ELOISA HELENA GARCIA

Agente Administrativo III

Testemunhas:

Agobar Gonçalves Filho  
Agobar Gonçalves Filho

Raquel Francine Welter  
Raquel Francine Welter

 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-IV	REV. CLIENTE 1	FOLHA: 30/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

## D18 – LOTE 25 - QDA XXVI - – CONTRATO Nº 9371

03979/00  
9371

**CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO**

Contrato de cessão, sob regime de aforamento, de terreno de marinha situado no bairro Boa Vista, cedido ao Município de Joinville pela União Federal, conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, autorização contida na Portaria n.º 886, de 26 de abril de 1991, do Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 03 de Outubro de 1991, e despacho do Delegado Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, exarado na forma do artigo 125, do Decreto Lei n.º 9760, de 05 de setembro de 1946, com título registrado sob n.º 74.119, de 13 de Outubro de 1993, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, que entre si fazem as partes abaixo identificadas, do imóvel adiante descrito, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:


**Cláusula Primeira - DA CEDENTE E DO CESSIONÁRIO**

I - Cedente:

Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CGC n.º 83.163.629/0001-10, autorizada conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, neste ato representada pelo Secretário de Habitação.

II - Cessionário:

**JOEL MARCELINO DOS SANTOS**, brasileiro(a), casado, portador(a) do CPF n.º 599.793.569-87, RG n.º 4.901.707-3, residente à Rua São Leopoldo, Quadra n.º 26, Lote n.º 25, bairro Boa Vista.




**Cláusula Segunda - DO IMÓVEL MUNICIPAL DE JOINVILLE**

Urbanização Boa Vista  
Quadra n.º 26  
Lote n.º 25

LOTE N.º 25: Um terreno localizado neste município, na Rua São Leopoldo – trecho III, Bairro Boa Vista, distando 62,48 metros, da Rua III com as seguintes medidas e confrontações: frente a oeste com 11,87 metros, no alinhamento no Rua São Leopoldo – trecho III; a sul lado direito de quem da frente olha com 30,00 metros, confrontando com o lote n.º 24; ao norte lado esquerdo de quem da frente olha com 30,00 metros confrontando com o lote n.º 25; fazendo o travessão dos fundos a leste com 11,87 metros confrontando com os lotes n.º 13 e 14. Contendo a área total 349,69 m² (trezentos e quarenta e nove metros e sessenta e nove décimos quadrados).

4    H    si.



### Cláusula Terceira - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**I** - O valor total da cessão do imóvel identificado na Cláusula Segunda é de 06 (seis) salários mínimos, que o cessionário pagará em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas de importância equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente por ocasião das respectivas quitações;

**II** - Com exceção da primeira prestação, as demais deverão ser pagas até o dia 10 de cada mês, na Caixa Econômica Federal ou naquele estabelecimento bancário que o concedente indicar, a crédito da conta especial do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento - F.M.T.H.P.S.;

**III** - atraso no pagamento implicará na aplicação de uma multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o débito, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração de mês, sem prejuízo da correção monetária calculada pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) ou de outro índice que venha substituí-lo;

**IV** - A cedente considerará como automaticamente quitado eventual saldo devedor remanescente após o pagamento da última das parcelas convencionadas no inciso I desta cláusula, ressalvando o seu direito de haver do Cessionário eventuais valores por este devidos a título de juros, correção monetária e multa ajustados neste instrumento, os quais, enquanto pendentes de pagamento, facultará ao Cedente o direito de não dar atendimento ao contido no inciso I, da Cláusula Oitava, sem prejuízo de outras medidas objetivando a sua cobrança.

### Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Considera-se rescindido o presente contrato, independentemente de notificação ou de qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, nas seguintes condições:

**I** - quando se verificar atraso no pagamento de 03 (três) prestações, salvo ocorrência de motivo justo, a ser analisado e reconhecido pela Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**II** - se o imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que foi destinada, nos termos do inciso II da Cláusula Sétima;

**III** - se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

**Parágrafo único** - Se verificada a hipótese de a rescisão contratual nos termos do "caput" e demais itens desta cláusula, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, a título de multa, 20% (vinte por cento) da importância paga pelo Cessionário, devidamente atualizada, devolvendo-lhe os 80% (oitenta por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas de valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições.

### Cláusula Quinta - DA DESISTÊNCIA

Se na vigência deste contrato optar o Cessionário pela desistência do presente negócio, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, para cobertura de despesas



administrativas, 5% (cinco por cento) do valor efetivamente pago pelo Cessionário, devidamente atualizado, devolvendo-lhe os 95% (noventa e cinco por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições, retornando o imóvel, objeto do contrato, ao Cedente.

#### **Cláusula Sexta - DO REGIME**

O presente contrato se faz pelo regime de cessão sob forma de aforamento.

#### **Cláusula Sétima - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

O cessionário se compromete a:

- I** - Iniciar a construção ou fixar-se no lote no prazo de 03 (três) meses após assinado o contrato, prazo este que poderá ser prorrogado uma única vez, por até mais 03 (três) meses, a critério da Cedente, através da Secretaria de Habitação;
- II** - destinar o uso do imóvel exclusivamente para fins residenciais da sua família;
- III** - não alugar, emprestar, doar, trocar, ceder ou alienar o imóvel, sob pena de rescisão do contrato, salvo autorização, por escrito, da Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**Parágrafo único** - A partir da assinatura deste contrato, todas as despesas com energia elétrica, água, luz e quaisquer taxas ou impostos emanados do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, correrão por conta do Cessionário.

#### **Cláusula Oitava - DA QUITAÇÃO DA DÍVIDA**

- I** - Quitada a dívida a Cedente se obriga a averbar o contrato no Cartório de Registro de Imóveis da Circunscrição, correndo as despesas por conta do Cessionário, que passará a ser foreiro da União;
- II** - a escritura de que se trata o presente contrato só ser autorizada após o 12º mês de pagamento das prestação efetuadas, mesmo que, a dívida total do lote seja paga antecipadamente pelo cessionário;
- III** - A partir da data de assinatura da escritura, incidirá sobre o imóvel o foro pelo domínio útil, o qual deverá ser recolhido pelo Cessionário aos cofres da União.
- IV** - Na segunda transferência e nas que se seguirem, além do foro, incidirá sobre a operação o laudêmio sobre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias, desde que onerosa (art. 3º, "caput", do Decreto-Lei nº 2.398, de 21/12/87 e Decreto nº 95.760, de 01/03/88).



#### **Clausula Nona - DA COMUNICAÇÃO AO DPU/SC**

Compromete-se a Cedente a comunicar ao Departamento do Patrimônio da União - DPU/SC, toda a transferência levada a efeito, fazendo a juntada dos documentos comprobatórios.

#### **Cláusula Décima - DA PESSOALIDADE**

O presente contrato é pessoal, não podendo ser transferido enquanto não quitado, a menos que tal transferência se faça aos herdeiros legais do cessionário, por motivo de seu falecimento.

#### **Cláusula Décima Primeira - DO SEGURO**

I - O cessionário obriga-se a contratar seguro de vida no valor do imóvel durante o período de amortização da dívida, figurando a Cedente como beneficiária, o prêmio dever ser pago juntamente com a prestação mensal.

II - Em caso de falecimento do cessionário, o valor do seguro será utilizado para quitar o saldo de sua dívida.

#### **Cláusula Décima Segunda - DO FORO**


Fica eleito o foro da Comarca de Joinville para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir em decorrência deste contrato.

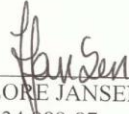
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE

E por estarem acordes as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

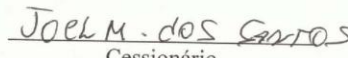
Joinville, 16 de abril de 1999.


Testemunhas:

  
UBIRACI J. DA SILVA,  
551.572.119-53.

  
INELORE JANSEN,  
534.634.989-87.

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE  
Eng. MARCO A. TEBALDI,  
Secretário.

  
Joel M. dos Santos  
Cessionário

 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-IV	REV. CLIENTE 1	FOLHA: 34/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

## D19 – LOTE 24 - QDA XXVI - – CONTRATO Nº 3981

03981/00

9870

**CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO**

Contrato de cessão, sob regime de aforamento, de terreno de marinha situado no bairro Boa Vista, cedido ao Município de Joinville pela União Federal, conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, autorização contida na Portaria n.º 886, de 26 de abril de 1991, do Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 03 de Outubro de 1991, e despacho do Delegado Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, exarado na forma do artigo 125, do Decreto Lei n.º 9760, de 05 de setembro de 1946, com título registrado sob n.º 74.119, de 13 de Outubro de 1993, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, que entre si fazem as partes abaixo identificadas, do imóvel adiante descrito, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

**Cláusula Primeira - DA CEDENTE E DO CESSIONÁRIO**

I - Cedente:

Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CGC n.º 83.163.629/0001-10, autorizada conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, neste ato representada pelo Secretário de Habitação.

II - Cessionário:

**ALBERTO MANOEL DA SILVA**, brasileiro(a), casado, portador(a) do CPF n.º 409.850.679-34, RG n.º 3.644.997-7, residente à Rua São Leopoldo, Quadra n.º 26, Lote n.º 24, bairro Boa Vista.

**Cláusula Segunda - DO IMÓVEL**

Urbanização Boa Vista  
Quadra n.º 26  
Lote n.º 24

LOTE N.º 24: Um terreno localizado neste município, na Rua São Leopoldo – trecho III, Bairro Boa Vista, distando 50,13 metros, da Rua III com as seguintes medidas e confrontações: frente a oeste com 11,95 metros, no alinhamento no Rua São Leopoldo – trecho III; a sul lado direito de quem da frente olha com 30,00 metros, confrontando com o lote n.º 23; ao norte lado esquerdo de quem da frente olha com 30,00 metros confrontando com o lote n.º 25; fazendo o travessão dos fundos a leste com 11,95 metros confrontando com os lotes n.º 14 e 15. Contendo a área total 351,17 m² (trezentos e cinquenta e um metros e sessenta decímetros quadrados).

a M A  
an.



### Cláusula Terceira - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**I** - O valor total da cessão do imóvel identificado na Cláusula Segunda é de 06 (seis) salários mínimos, que o cessionário pagará em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas de importância equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente por ocasião das respectivas quitações;

**II** - Com exceção da primeira prestação, as demais deverão ser pagas até o dia 10 de cada mês, na Caixa Econômica Federal ou naquele estabelecimento bancário que o concedente indicar, a crédito da conta especial do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento - F.M.T.H.P.S.;

**III** - atraso no pagamento implicará na aplicação de uma multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o débito, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração de mês, sem prejuízo da correção monetária calculada pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) ou de outro índice que venha substituí-lo;

**IV** - A cedente considerará como automaticamente quitado eventual saldo devedor remanescente após o pagamento da última das parcelas convencionadas no inciso I desta cláusula, ressalvando o seu direito de haver do Cessionário eventuais valores por este devidos a título de juros, correção monetária e multa ajustados neste instrumento, os quais, enquanto pendentes de pagamento, facultará ao Cedente o direito de não dar atendimento ao contido no inciso I, da Cláusula Oitava, sem prejuízo de outras medidas objetivando a sua cobrança.

### Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Considera-se rescindido o presente contrato, independentemente de notificação ou de qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, nas seguintes condições:

**I** - quando se verificar atraso no pagamento de 03 (três) prestações, salvo ocorrência de motivo justo, a ser analisado e reconhecido pela Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**II** - se o imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que foi destinada, nos termos do inciso II da Cláusula Sétima;

**III** - se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

**Parágrafo único** - Se verificada a hipótese de a rescisão contratual nos termos do "caput" e demais itens desta cláusula, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, a título de multa, 20% (vinte por cento) da importância paga pelo Cessionário, devidamente atualizada, devolvendo-lhe os 80% (oitenta por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas de valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições.

### Cláusula Quinta - DA DESISTÊNCIA

Se na vigência deste contrato optar o Cessionário pela desistência do presente negócio, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, para cobertura de despesas

*Handwritten signature and initials.*

administrativas, 5% (cinco por cento) do valor efetivamente pago pelo Cessionário, devidamente atualizado, devolvendo-lhe os 95% (noventa e cinco por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições, retornando o imóvel, objeto do contrato, ao Cedente.

#### **Cláusula Sexta - DO REGIME**

O presente contrato se faz pelo regime de cessão sob forma de aforamento.

#### **Cláusula Sétima - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

O cessionário se compromete a:

- I** - Iniciar a construção ou fixar-se no lote no prazo de 03 (três) meses após assinado o contrato, prazo este que poderá ser prorrogado uma única vez, por até mais 03 (três) meses, a critério da Cedente, através da Secretaria de Habitação;
- II** - destinar o uso do imóvel exclusivamente para fins residenciais da sua família;
- III** - não alugar, emprestar, doar, trocar, ceder ou alienar o imóvel, sob pena de rescisão do contrato, salvo autorização, por escrito, da Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**Parágrafo único** - A partir da assinatura deste contrato, todas as despesas com energia elétrica, água, luz e quaisquer taxas ou impostos emanados do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, correrão por conta do Cessionário.

#### **Cláusula Oitava - DA QUITAÇÃO DA DÍVIDA**

- I** - Quitada a dívida a Cedente se obriga a averbar o contrato no Cartório de Registro de Imóveis da Circunscrição, correndo as despesas por conta do Cessionário, que passará a ser foreiro da União;
- II** - a escritura de que se trata o presente contrato só ser autorizada após o 12º mês de pagamento das prestações efetuadas, mesmo que, a dívida total do lote seja paga antecipadamente pelo cessionário;
- III** - A partir da data de assinatura da escritura, incidirá sobre o imóvel o foro pelo domínio útil, o qual deverá ser recolhido pelo Cessionário aos cofres da União.
- IV** - Na segunda transferência e nas que se seguirem, além do foro, incidirá sobre a operação o laudêmio sobre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias, desde que onerosa (art. 3º, "caput", do Decreto-Lei nº 2.398, de 21/12/87 e Decreto nº 95.760, de 01/03/88).

*Handwritten signature and initials.*



#### **Clausula Nona - DA COMUNICAÇÃO AO DPU/SC**

Compromete-se a Cedente a comunicar ao Departamento do Patrimônio da União - DPU/SC, toda a transferência levada a efeito, fazendo a juntada dos documentos comprobatórios.

#### **Cláusula Décima - DA PESSOALIDADE**

O presente contrato é pessoal, não podendo ser transferido enquanto não quitado, a menos que tal transferência se faça aos herdeiros legais do cessionário, por motivo de seu falecimento.

#### **Cláusula Décima Primeira - DO SEGURO**

**I** - O cessionário obriga-se a contratar seguro de vida no valor do imóvel durante o período de amortização da dívida, figurando a Cedente como beneficiária, o prêmio dever ser pago juntamente com a prestação mensal.

**II** - Em caso de falecimento do cessionário, o valor do seguro será utilizado para quitar o saldo de sua dívida.

#### **Cláusula Décima Segunda - DO FORO**

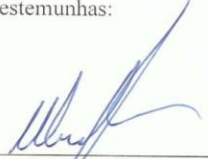
Fica eleito o foro da Comarca de Joinville para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir em decorrência deste contrato.


#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**


E por estarem acordes as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Joinville, 16 de abril de 1999.


Testemunhas:

  
UBIRACY J. DA SILVA,  
551.572.119-53.

  
INELORE JANSEN,  
534.634.989-87.

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE  
Eng. MARCO A. TEBALDI,  
Secretário.

  
Cessionário

 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-IV	REV. CLIENTE 1	FOLHA: 38/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

## D20 – LOTE 23 - QDA XXVI - – CONTRATO Nº 3982

03982/00 9369

**CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO**

Contrato de cessão, sob regime de aforamento, de terreno de marinha situado no bairro Boa Vista, cedido ao Município de Joinville pela União Federal, conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, autorização contida na Portaria n.º 886, de 26 de abril de 1991, do Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 03 de Outubro de 1991, e despacho do Delegado Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, exarado na forma do artigo 125, do Decreto Lei n.º 9760, de 05 de setembro de 1946, com título registrado sob n.º 74.119, de 13 de Outubro de 1993, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, que entre si fazem as partes abaixo identificadas, do imóvel adiante descrito, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

**Cláusula Primeira - DA CEDENTE E DO CESSIONÁRIO**

I - Cedente:

Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CGC n.º 83.163.629/0001-10, autorizada conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, neste ato representada pelo Secretário de Habitação.

II - Cessionário:

**ANTONIO VILSON GONÇALVES**, brasileiro(a), casado, portador(a) do CPF n.º 299.589.389-87, RG n.º 1.552.228, residente à Rua São Leopoldo, Quadra n.º 26, Lote n.º 23, bairro Boa Vista.

**Cláusula Segunda - DO IMÓVEL A MUNICIPAL DE JOINVILLE**

Urbanização Boa Vista  
Quadra n.º 26  
Lote n.º 23

LOTE N.º 23: Um terreno localizado neste município, na Rua São Leopoldo – trecho III, Bairro Boa Vista, distando 37,61 metros, da Rua III com as seguintes medidas e confrontações: frente a oeste com 12,920 metros, no alinhamento no Rua São Leopoldo – trecho III; a sul lado direito de quem da frente olha com 30,00 metros, confrontando com o lote n.º 22; ao norte lado esquerdo de quem da frente olha com 30,00 metros confrontando com o lote n.º 24; fazendo o travessão dos fundos a leste com 12,920 metros confrontando com os lotes n.º 15 e 16. Contendo a área total 380,47 m² (trezentos e oitenta metros e quarenta e sete decímetros quadrados).

A do



### Cláusula Terceira - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**I** - O valor total da cessão do imóvel identificado na Cláusula Segunda é de 06 (seis) salários mínimos, que o cessionário pagará em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas de importância equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente por ocasião das respectivas quitações;

**II** - Com exceção da primeira prestação, as demais deverão ser pagas até o dia 10 de cada mês, na Caixa Econômica Federal ou naquele estabelecimento bancário que o concedente indicar, a crédito da conta especial do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento - F.M.T.H.P.S.;

**III** - atraso no pagamento implicará na aplicação de uma multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o débito, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração de mês, sem prejuízo da correção monetária calculada pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) ou de outro índice que venha substituí-lo;

**IV** - A cedente considerará como automaticamente quitado eventual saldo devedor remanescente após o pagamento da última das parcelas convencionadas no inciso I desta cláusula, ressalvando o seu direito de haver do Cessionário eventuais valores por este devidos a título de juros, correção monetária e multa ajustados neste instrumento, os quais, enquanto pendentes de pagamento, facultará ao Cedente o direito de não dar atendimento ao contido no inciso I, da Cláusula Oitava, sem prejuízo de outras medidas objetivando a sua cobrança.

### Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Considera-se rescindido o presente contrato, independentemente de notificação ou de qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, nas seguintes condições:

**I** - quando se verificar atraso no pagamento de 03 (três) prestações, salvo ocorrência de motivo justo, a ser analisado e reconhecido pela Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**II** - se o imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que foi destinada, nos termos do inciso II da Cláusula Sétima;

**III** - se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

**Parágrafo único** - Se verificada a hipótese de a rescisão contratual nos termos do "caput" e demais itens desta cláusula, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, a título de multa, 20% (vinte por cento) da importância paga pelo Cessionário, devidamente atualizada, devolvendo-lhe os 80% (oitenta por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas de valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições.

### Cláusula Quinta - DA DESISTÊNCIA

Se na vigência deste contrato optar o Cessionário pela desistência do presente negócio, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, para cobertura de despesas

A 4 H m.



administrativas, 5% (cinco por cento) do valor efetivamente pago pelo Cessionário, devidamente atualizado, devolvendo-lhe os 95% (noventa e cinco por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições, retornando o imóvel, objeto do contrato, ao Cedente.

#### Cláusula Sexta - DO REGIME

O presente contrato se faz pelo regime de cessão sob forma de aforamento.

#### Cláusula Sétima - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

O cessionário se compromete a:

- I - Iniciar a construção ou fixar-se no lote no prazo de 03 (três) meses após assinado o contrato, prazo este que poderá ser prorrogado uma única vez, por até mais 03 (três) meses, a critério da Cedente, através da Secretaria de Habitação;
- II - destinar o uso do imóvel exclusivamente para fins residenciais da sua família;
- III - não alugar, emprestar, doar, trocar, ceder ou alienar o imóvel, sob pena de rescisão do contrato, salvo autorização, por escrito, da Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**Parágrafo único** - A partir da assinatura deste contrato, todas as despesas com energia elétrica, água, luz e quaisquer taxas ou impostos emanados do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, correrão por conta do Cessionário.

#### Cláusula Oitava - DA QUITAÇÃO DA DÍVIDA

- I - Quitada a dívida a Cedente se obriga a averbar o contrato no Cartório de Registro de Imóveis da Circunscrição, correndo as despesas por conta do Cessionário, que passará a ser foreiro da União;
- II - a escritura de que se trata o presente contrato só ser autorizada após o 12º mês de pagamento das prestações efetuadas, mesmo que, a dívida total do lote seja paga antecipadamente pelo cessionário;
- III - A partir da data de assinatura da escritura, incidirá sobre o imóvel o foro pelo domínio útil, o qual deverá ser recolhido pelo Cessionário aos cofres da União.
- IV - Na segunda transferência e nas que se seguirem, além do foro, incidirá sobre a operação o laudêmio sobre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias, desde que onerosa (art. 3º, "caput", do Decreto-Lei nº 2.398, de 21/12/87 e Decreto nº 95.760, de 01/03/88).

*[Handwritten signature]*

#### **Clausula Nona - DA COMUNICAÇÃO AO DPU/SC**

Compromete-se a Cedente a comunicar ao Departamento do Patrimônio da União - DPU/SC, toda a transferência levada a efeito, fazendo a juntada dos documentos comprobatórios.

#### **Cláusula Décima - DA PESSOALIDADE**

O presente contrato é pessoal, não podendo ser transferido enquanto não quitado, a menos que tal transferência se faça aos herdeiros legais do cessionário, por motivo de seu falecimento.

#### **Cláusula Décima Primeira - DO SEGURO**

**I** - O cessionário obriga-se a contratar seguro de vida no valor do imóvel durante o período de amortização da dívida, figurando a Cedente como beneficiária, o prêmio dever ser pago juntamente com a prestação mensal.

**II** - Em caso de falecimento do cessionário, o valor do seguro será utilizado para quitar o saldo de sua dívida.

#### **Cláusula Décima Segunda - DO FORO**


Fica eleito o foro da Comarca de Joinville para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir em decorrência deste contrato.

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**

E por estarem acordes as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

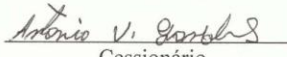
Joinville, 16 de abril de 1999.


Testemunhas:

  
UBIRACI J. DA SILVA,  
551.572.119-53.

  
INELORE JANSEN,  
534.634.989-87.

  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**  
Eng. MARCO A. TEBALDI,  
Secretário.

  
Cessionário

 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-lv	REV. CLIENTE 1	FOLHA: 42/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

## D21 – LOTE 22 - QDA XXVI - – CONTRATO Nº 8568

CONTRATO nº.: 8568/308  
039 83/00

**CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO**

Contrato de cessão, sob regime de aforamento, de terreno de marinha situado no bairro Boa Vista, cedido ao Município de Joinville pela União Federal, conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, autorização contida na Portaria n.º 886, de 26 de abril de 1991, do Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 03 de Outubro de 1991, e despacho do Delegado Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, exarado na forma do artigo 125, do Decreto Lei n.º 9760, de 05 de setembro de 1946, com título registrado sob n.º 74.119, de 13 de Outubro de 1993, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, que entre si fazem as partes abaixo identificadas, do imóvel adiante descrito, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

**Cláusula Primeira - DA CEDENTE E DO CESSIONÁRIO**

I - Cedente:

Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CGC n.º 83.163.629/0001-10, autorizada conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, neste ato representada pelo Secretário de Habitação.


II - Cessionário:


**JOSÉ SANTANA NERY NETO**, brasileiro(a), casado, portador(a) do CPF n.º 449.233.339-87, RG n.º 2/R 1.772.542, residente à Rua São Leopoldo, Quadra n.º 26, Lote n.º 22, bairro Boa Vista.

**Cláusula Segunda - DO IMÓVEL A MUNICIPAL DE JOINVILLE**

Urbanização Boa Vista  
Quadra n.º 26  
Lote n.º 22

**LOTE N.º 22:** Um terreno localizado neste município, na Rua São Leopoldo – trecho III, Bairro Boa Vista, distando 25,61 metros, da Rua III com as seguintes medidas e confrontações: frente a oeste com 12,00 metros, no alinhamento no Rua São Leopoldo – trecho III; a sul lado direito de quem da frente olha com 30,00 metros, confrontando com o lote n.º 21; ao norte lado esquerdo de quem da frente olha com 30,00 metros confrontando com o lote n.º 23; fazendo o travessão dos fundos a leste com 12,00 metros confrontando com os lotes n.º 16 e 17. Contendo a área total 361,73 m² (trezentos e sessenta e um metros e setenta e três decímetros).

pi. 





CONTRATO nº.: 8568 Pg. nº.: 006

### Cláusula Terceira - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**I** - O valor total da cessão do imóvel identificado na Cláusula Segunda é de 06 (seis) salários mínimos, que o cessionário pagará em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas de importância equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente por ocasião das respectivas quitações;

**II** - Com exceção da primeira prestação, as demais deverão ser pagas até o dia 10 de cada mês, na Caixa Econômica Federal ou naquele estabelecimento bancário que o concedente indicar, a crédito da conta especial do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento - F.M.T.H.P.S.;

**III** - atraso no pagamento implicará na aplicação de uma multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o débito, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração de mês, sem prejuízo da correção monetária calculada pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) ou de outro índice que venha substituí-lo;

**IV** - A cedente considerará como automaticamente quitado eventual saldo devedor remanescente após o pagamento da última das parcelas convencionadas no inciso I desta cláusula, ressalvando o seu direito de haver do Cessionário eventuais valores por este devidos a título de juros, correção monetária e multa ajustados neste instrumento, os quais, enquanto pendentes de pagamento, facultará ao Cedente o direito de não dar atendimento ao contido no inciso I, da Cláusula Oitava, sem prejuízo de outras medidas objetivando a sua cobrança.

### Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Considera-se rescindido o presente contrato, independentemente de notificação ou de qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, nas seguintes condições:

**I** - quando se verificar atraso no pagamento de 03 (três) prestações, salvo ocorrência de motivo justo, a ser analisado e reconhecido pela Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**II** - se o imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que foi destinada, nos termos do inciso II da Cláusula Sétima;

**III** - se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

**Parágrafo único** - Se verificada a hipótese de a rescisão contratual nos termos do "caput" e demais itens desta cláusula, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, a título de multa, 20% (vinte por cento) da importância paga pelo Cessionário, devidamente atualizada, devolvendo-lhe os 80% (oitenta por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas de valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições.

### Cláusula Quinta - DA DESISTÊNCIA

Se na vigência deste contrato optar o Cessionário pela desistência do presente negócio, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, para cobertura de despesas

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

CONTRATO nº: 8568 Pg. nº: 005

administrativas, 5% (cinco por cento) do valor efetivamente pago pelo Cessionário, devidamente atualizado, devolvendo-lhe os 95% (noventa e cinco por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições, retornando o imóvel, objeto do contrato, ao Cedente.

#### Cláusula Sexta - DO REGIME

O presente contrato se faz pelo regime de cessão sob forma de aforamento.

#### Cláusula Sétima - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

O cessionário se compromete a:

- I** - Iniciar a construção ou fixar-se no lote no prazo de 03 (três) meses após assinado o contrato, prazo este que poderá ser prorrogado uma única vez, por até mais 03 (três) meses, a critério da Cedente, através da Secretaria de Habitação;
- II** - destinar o uso do imóvel exclusivamente para fins residenciais da sua família;
- III** - não alugar, emprestar, doar, trocar, ceder ou alienar o imóvel, sob pena de rescisão do contrato, salvo autorização, por escrito, da Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**Parágrafo único** - A partir da assinatura deste contrato, todas as despesas com energia elétrica, água, luz e quaisquer taxas ou impostos emanados do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, correrão por conta do Cessionário.

#### Cláusula Oitava - DA QUITAÇÃO DA DÍVIDA

- I** - Quitada a dívida a Cedente se obriga a averbar o contrato no Cartório de Registro de Imóveis da Circunscrição, correndo as despesas por conta do Cessionário, que passará a ser foreiro da União;
- II** - a escritura de que se trata o presente contrato só ser autorizada após o 12º mês de pagamento das prestações efetuadas, mesmo que, a dívida total do lote seja paga antecipadamente pelo cessionário;
- III** - A partir da data de assinatura da escritura, incidirá sobre o imóvel o foro pelo domínio útil, o qual deverá ser recolhido pelo Cessionário aos cofres da União.
- IV** - Na segunda transferência e nas que se seguirem, além do foro, incidirá sobre a operação o laudêmio sobre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias, desde que onerosa (art. 3º, "caput", do Decreto-Lei nº 2.398, de 21/12/87 e Decreto nº 95.760, de 01/03/88).

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

CONTRATO n.º: 8568 Pg. n.º: 004

**Clausula Nona - DA COMUNICAÇÃO AO DPU/SC**

Compromete-se a Cedente a comunicar ao Departamento do Patrimônio da União - DPU/SC, toda a transferência levada a efeito, fazendo a juntada dos documentos comprobatórios.

**Cláusula Décima - DA PESSOALIDADE**

O presente contrato é pessoal, não podendo ser transferido enquanto não quitado, a menos que tal transferência se faça aos herdeiros legais do cessionário, por motivo de seu falecimento.

**Cláusula Décima Primeira - DO SEGURO**

**I** - O cessionário obriga-se a contratar seguro de vida no valor do imóvel durante o período de amortização da dívida, figurando a Cedente como beneficiária, o prêmio dever ser pago juntamente com a prestação mensal.

**II** - Em caso de falecimento do cessionário, o valor do seguro será utilizado para quitar o saldo de sua dívida.

**Cláusula Décima Segunda - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Joinville para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir em decorrência deste contrato.


**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**


E por estarem acordes as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Joinville, 16 de abril de 1999.

Testemunhas:

  
UBIRACI J. DA SILVA,  
551.572.119-53.

  
INELORE JANSEN,  
534.634.989-87.

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE  
Eng. MARCO A. TEBALDI,  
Secretário.

  
Cessionário



CONTRATO n.º: 8568 Pg. n.º: 018



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**  
**SECRETARIA DE HABITAÇÃO**

**TERMO DE TRANSFERÊNCIA**

Por este Instrumento Particular de Transferência, as partes adiante mencionadas e qualificadas no item 1 deste instrumento, têm, entre si, justas e contratadas, o seguinte:

**1 – QUALIFICAÇÃO DAS PARTES**

CONCESSIONÁRIO(A)(S) ANTERIOR(A)(ES): **JOSE SANTANA NERY NETO**, brasileiro(a), CASADO(A), portador(a) do CPF n.º 449.233.339-87, Cédula de Identidade n.º 2/R-1.772.542 e sua esposa **ANITA APARECIDA NERY**; residente(s) e domiciliado(s) em Joinville/SC.

CONCESSIONÁRIO(A)(S) NOVO(A)(S): **SIMAO DOS PASSOS**, brasileiro(a), CASADO COM COMUNHAO PARCIAL DE BENS, inscrito(a) no CPF/MF. sob o n.º 466.840.009-25, portador(a) da Cédula de Identidade n.º 1.542.664-5 SESP/SC. e **GRAZIELA VIEIRA DOS PASSOS**, brasileiro(a), CASADO COM COMUNHAO PARCIAL DE BENS, inscrito(a) no CPF/MF. Sob o n.º 051.549.249-32, portador(a) da Cédula de Identidade n.º 4.915.844-9 SESP/SC; ambos residentes e domiciliados na cidade de Joinville/SC.

2 – CONCEDENTE ANUENTE: Município de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 83.169.623/0001-10, neste ato representado pelo Secretário de Habitação do Município.

**3 – ELEMENTOS IDENTIFICADORES DO CONTRATO ORIGINÁRIO**

CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO N.º 3983, ASSINADO EM 16/04/1999, RELATIVO A CESSÃO DE DIREITO DE USO REAL DO LOTE n.º 22 QUADRA 026, URB. BOA VISTA.

4 – Neste ato o(s) CONCESSIONÁRIO(A)(S) ANTERIOR(A)(ES), com a anuência do CONCEDENTE, transfere(m) para os CONCESSIONÁRIO(A)(S) NOVO(A)(S) o contrato descrito no campo “3” deste instrumento.

5 – Assim, com a transferência aqui formalizada, o(s) CONCESSIONÁRIO(A)(S) NOVO(A)(S) assume(m) todos os direitos e obrigações do contrato descrito no campo “3” deste instrumento, comprometendo-se a cumpri-lo, sob as penalidades já previstas em cláusulas contratuais e na legislação. Consequentemente, ficam quitados todos os direitos e obrigações em relação a(o)(s) CONCESSIONÁRIO(A)(S) ANTERIOR(ES), prosseguindo-se o contrato entre o CONCEDENTE e o(a)(s) CONCESSIONÁRIO(A)(S) NOVO(A)(S).

6 – Como resultado da transferência aqui realizada, o CONCEDENTE e o(a)(s) CONCESSIONÁRIO(A)(S) NOVO(A)(S), atualizam o contrato descrito no campo “3” deste instrumento para esta data, determinando que o Saldo Devedor é de **R\$ 3.002,78 (TRES MIL E**

  
Contrato n.º 8568

CONTRATO n.º: 8568 Pg. n.º: 017

**DOIS REAIS, SETENTA E OITO CENTAVOS**) a ser pago no prazo de 84 (OITENTA E QUATRO ) meses com prestação mensal de R\$ 45,01 (QUARENTA E CINCO REAIS, UM CENTAVO), composto pela prestação de amortização e juros de 3% ao ano, calculada pelo Sistema Francês de Amortização (Tabela Price), e encargos bancários, com vencimento dia 15 de cada mês, sendo a primeira em **15/02/2006**. Contrato transferido n.º **8568**.


7 - As partes ratificam os demais termos, condições e cláusulas constantes do Contrato anteriormente firmado, e descrito no campo "3" deste instrumento, ficando este fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que, juntos produzam um só efeito.

E pôr estarem assim de pleno acordo com as condições deste instrumento, assinam o presente:

Joinville, 16 de Dezembro de 2005.


ASSINATURA DAS PARTES:

CONCESSIONÁRIO(A)(S) ANTERIOR(ES):

  
JOSE SANTANA NERY NETO  
449.233.339-87

  
ANITA APARECIDA NERY


CONCESSIONÁRIO(A)(S) NOVO(A)(S):


  
SIMÃO DOS PASSOS  
466.840.009-25

  
GRAZIELA VIEIRA DOS PASSOS  
051.549.249-32

CONCEDENTE ANUENTE:


  
GIOVANNI GONÇALVES  
Secretário


  
INELORE JANSEN  
Gerente da Unid. De Serv. Social

  
UBIRACI JOSÉ DA SILVA  
Gerente de Unidade de Fomento

Testemunhas:

  
Raquel Francine Welter

  
Maria Amélia do Rosário Irala

 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-lv	REV. CLIENTE 1	FOLHA: 48/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

## D22 – LOTE 21 - QDA XXVI - – CONTRATO Nº 9367-F

03968/00  
9367-F  
14239,5

Secretaria de Habitação  
Folha: 12  
Rubrica: f

**CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO**

Contrato de cessão, sob regime de aforamento, de terreno de marinha situado no bairro Boa Vista, cedido ao Município de Joinville pela União Federal, conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, autorização contida na Portaria n.º 886, de 26 de abril de 1991, do Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 03 de Outubro de 1991, e despacho do Delegado Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, exarado na forma do artigo 125, do Decreto Lei n.º 9760, de 05 de setembro de 1946, com título registrado sob n.º 74.119, de 13 de Outubro de 1993, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, que entre si fazem as partes abaixo identificadas, do imóvel adiante descrito, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:


**Cláusula Primeira - DA CEDENTE E DO CESSIONÁRIO**

I - Cedente:

Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CGC n.º 83.163.629/0001-10, autorizada conforme Processo MF n.º 10983002949/91-38, neste ato representada pelo Secretário de Habitação.

II - Cessionário:




**VALDECIR FRANCISCO DOS SANTOS**, brasileira(o), solteiro, portador(a) do CPF n.º 822.139.099-20, residente à Rua São Leopoldo, Quadra 26, Lote 21, bairro Boa Vista.



**Cláusula Segunda - DO IMÓVEL**

Urbanização Boa Vista  
Quadra 26  
Lote 21

LOTE N.º 21: Um terreno situado nesta cidade, na Rua Alcântara, bairro Boa Vista, distando 128,87 metros da Avenida Projetada Beira Mangue com as seguintes medidas e confrontações frente a leste com 14,00 metros, no alinhamento da Rua Alcântara e a norte lado direito de quem da frente olha com 28,00 metros, confrontando com o lote n.º 22, e a sul, lado esquerdo de quem da frente olha com 28,10 metros confrontando com o lote n.º 20, fazendo travessão dos fundos a oeste com 14,10 metros, confrontando com os lotes n.º 08 e 06. Contendo área total de 394,04 m² (trezentos e noventa e quatro metros e quatro decímetros quadrados).



Secretaria de Habitação  
Folha: 11  
Rubrica:

### Cláusula Terceira - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**I** - O valor total da cessão do imóvel identificado na Cláusula Segunda é de 06 (seis) salários mínimos, que o cessionário pagará em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas de importância equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente por ocasião das respectivas quitações;

**II** - Com exceção da primeira prestação, as demais deverão ser pagas até o dia 10 de cada mês, na Caixa Econômica Federal ou naquele estabelecimento bancário que o concedente indicar, a crédito da conta especial do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento - F.M.T.H.P.S.;

**III** - atraso no pagamento implicará na aplicação de uma multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o débito, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração de mês, sem prejuízo da correção monetária calculada pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) ou de outro índice que venha substituí-lo;

**IV** - A cedente considerará como automaticamente quitado eventual saldo devedor remanescente após o pagamento da última das parcelas convencionadas no inciso I desta cláusula, ressalvando o seu direito de haver do Cessionário eventuais valores por este devidos a título de juros, correção monetária e multa ajustados neste instrumento, os quais, enquanto pendentes de pagamento, facultará ao Cedente o direito de não dar atendimento ao contido no inciso I, da Cláusula Oitava, sem prejuízo de outras medidas objetivando a sua cobrança.

### Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Considera-se rescindido o presente contrato, independentemente de notificação ou de qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, nas seguintes condições:

**I** - quando se verificar atraso no pagamento de 03 (três) prestações, salvo ocorrência de motivo justo, a ser analisado e reconhecido pela Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**II** - se o imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que foi destinada, nos termos do inciso II da Cláusula Sétima;

**III** - se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

**Parágrafo único** - Se verificada a hipótese de a rescisão contratual nos termos do "caput" e demais itens desta cláusula, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, a título de multa, 20% (vinte por cento) da importância paga pelo Cessionário, devidamente atualizada, devolvendo-lhe os 80% (oitenta por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas de valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições.

### Cláusula Quinta - DA DESISTÊNCIA

Se na vigência deste contrato optar o Cessionário pela desistência do presente negócio, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, para cobertura de despesas administrativas, 3% (três por cento) do valor do contrato, devidamente atualizado, devolvendo-lhe os 97% (noventa e sete por cento) restantes para ultimar a restituição, retornando o imóvel, objeto do contrato, ao Cedente.

*Valdeir* *Jo* *U. O*

Secretaria de Habitação
Folha: 10
Rubrica: 7

#### Cláusula Sexta - DO REGIME

O presente contrato se faz pelo regime de cessão sob forma de aforamento.

#### Cláusula Sétima - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

O cessionário se compromete a:

- I - Iniciar a construção ou fixar-se no lote no prazo de 03 (três) meses após assinado o contrato, prazo este que poderá ser prorrogado uma única vez, por até mais 03 (três) meses, a critério da Cedente, através da Secretaria de Habitação;
- II - destinar o uso do imóvel exclusivamente para fins residenciais da sua família;
- III - não alugar, emprestar, doar, trocar, ceder ou alienar o imóvel, sob pena de rescisão do contrato, salvo autorização, por escrito, da Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**Parágrafo único** – A partir da assinatura deste contrato, todas as despesas com energia elétrica, água, luz e quaisquer taxas ou impostos emanados do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, correrão por conta do Cessionário.

#### Cláusula Oitava - DA QUITAÇÃO DA DÍVIDA

- I - Quitada a dívida a Cedente se obriga a averbar o contrato no Cartório de Registro de Imóveis da Circunscrição, correndo as despesas por conta do Cessionário, que passará a ser foreiro da União;
- II - a escritura de que se trata o presente contrato só ser autorizada após o 12º mês de pagamento das prestação efetuadas, mesmo que, a dívida total do lote seja paga antecipadamente pelo cessionário;
- III - A partir da data de assinatura da escritura, incidirá sobre o imóvel o foro pelo domínio útil, o qual deverá ser recolhido pelo Cessionário aos cofres da União.
- IV - Na segunda transferência e nas que se seguirem, além do foro, incidirá sobre a operação o laudêmio sobre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias, desde que onerosa (art. 3º, "caput", do Decreto-Lei nº 2.398, de 21/12/87 e Decreto nº 95.760, de 01/03/88).

#### Clausula Nona - DA COMUNICAÇÃO AO DPU/SC

Compromete-se a Cedente a comunicar ao Departamento do Patrimônio da União - DPU/SC, toda a transferência levada a efeito, fazendo a juntada dos documentos comprobatórios.

#### Cláusula Décima - DA PESSOALIDADE

O presente contrato é pessoal, não podendo ser transferido enquanto não quitado, a menos que tal transferência se faça aos herdeiros legais do cessionário, por motivo de seu falecimento.

*[Assinaturas manuscritas]*

**Cláusula Décima Primeira - DO SEGURO**

**I** - O cessionário obriga-se a contratar seguro de vida no valor do imóvel durante o período de amortização da dívida, figurando a Cedente como beneficiária, o prêmio dever ser pago juntamente com a prestação mensal.

**II** - Em caso de falecimento do cessionário, o valor do seguro será utilizado para quitar o saldo de sua dívida.


**Cláusula Décima Segunda - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Joinville para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir em decorrência deste contrato.


E por estarem acordes as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

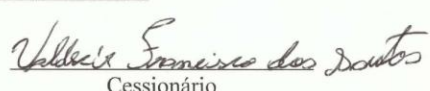
Joinville, 2 de Setembro de 1999.

Testemunhas:


  
FRANCISCO C. DE ARAÚJO  
CPF 219.048.809-59

  
LEILA C. BERTOLI SILVA  
CPF 375.942.499-68

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE  
Eng. MARCO A. TEBALDI,  
Secretário.

  
Cessionário



 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-IV	REV. CLIENTE 1	FOLHA: 52/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

## D23 – LOTE 20 - QDA XXVI - – CONTRATO Nº 5967

9366  
039 84/00

**CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO**

Contrato de cessão, sob regime de aforamento, de terreno de marinha situado no bairro Boa Vista, cedido ao Município de Joinville pela União Federal, conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, autorização contida na Portaria n.º 886, de 26 de abril de 1991, do Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 03 de Outubro de 1991, e despacho do Delegado Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, exarado na forma do artigo 125, do Decreto Lei n.º 9760, de 05 de setembro de 1946, com título registrado sob n.º 74.119, de 13 de Outubro de 1993, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, que entre si fazem as partes abaixo identificadas, do imóvel adiante descrito, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

**Cláusula Primeira - DA CEDENTE E DO CESSIONÁRIO**

I - Cedente:

Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CGC n.º 83.163.629/0001-10, autorizada conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, neste ato representada pelo Secretário de Habitação.

II - Cessionário:

**LUCINEIA DOS SANTOS**, brasileiro(a), amasiada, portador(a) do CPF n.º 076.705.040-70, RG n.º 18.780.365, residente à Rua São Leopoldo – Boa vista, Quadra n.º 26, Lote n.º 20, bairro Boa Vista.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE

**Cláusula Segunda - DO IMÓVEL**

Urbanização Boa Vista  
Quadra n.º 26  
Lote n.º 20

LOTE N.º 20: Um terreno localizado neste município, na Rua São Leopoldo – trecho III, esquina com a Rua III, Bairro Boa Vista, com as seguintes medidas e confrontações: frente a oeste com 7,61 metros no alinhamento no Rua São Leopoldo – trecho III; a sul lado direito de quem da frente olha em duas linha a primeira em curva de esquina a esquerda desenvolvendo 9,42 metros a Segunda em reta com 24,03 metros, no alinhamento da Rua III; ao norte lado esquerdo de quem da frente olha com 30,00 metros confrontando com o lote n.º 21; fazendo o travessão dos fundos a leste com 13,58 metros confrontando com o lote n.º 19. Contendo a área total de 404,38 m² (quatrocentos e quatro metros e trinta e oito décimos quadrados).

Lucineia

H. M. F.

### Cláusula Terceira - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**I -** O valor total da cessão do imóvel identificado na Cláusula Segunda é de 06 (seis) salários mínimos, que o cessionário pagará em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas de importância equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente por ocasião das respectivas quitações;

**II -** Com exceção da primeira prestação, as demais deverão ser pagas até o dia 10 de cada mês, na Caixa Econômica Federal ou naquele estabelecimento bancário que o concedente indicar, a crédito da conta especial do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento – F.M.T.H.P.S.;

**III -** atraso no pagamento implicará na aplicação de uma multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o débito, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração de mês, sem prejuízo da correção monetária calculada pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) ou de outro índice que venha substituí-lo;

**IV -** A cedente considerará como automaticamente quitado eventual saldo devedor remanescente após o pagamento da última das parcelas convencionadas no inciso I desta cláusula, ressalvando o seu direito de haver do Cessionário eventuais valores por este devidos a título de juros, correção monetária e multa ajustados neste instrumento, os quais, enquanto pendentes de pagamento, facultará ao Cedente o direito de não dar atendimento ao contido no inciso I, da Cláusula Oitava, sem prejuízo de outras medidas objetivando a sua cobrança.

### Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Considera-se rescindido o presente contrato, independentemente de notificação ou de qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, nas seguintes condições:

**I -** quando se verificar atraso no pagamento de 03 (três) prestações, salvo ocorrência de motivo justo, a ser analisado e reconhecido pela Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**II -** se o imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que foi destinada, nos termos do inciso II da Cláusula Sétima;

**III -** se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

**Parágrafo único -** Se verificada a hipótese de a rescisão contratual nos termos do "caput" e demais itens desta cláusula, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, a título de multa, 20% (vinte por cento) da importância paga pelo Cessionário, devidamente atualizada, devolvendo-lhe os 80% (oitenta por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas de valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições.

### Cláusula Quinta - DA DESISTÊNCIA

*Sucineia*

*[Handwritten signatures]*

Se na vigência deste contrato optar o Cessionário pela desistência do presente negócio, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, para cobertura de despesas administrativas, 5% (cinco por cento) do valor efetivamente pago pelo Cessionário, devidamente atualizado, devolvendo-lhe os 95% (noventa e cinco por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições, retornando o imóvel, objeto do contrato, ao Cedente.

#### **Cláusula Sexta - DO REGIME**

O presente contrato se faz pelo regime de cessão sob forma de aforamento.

#### **Cláusula Sétima - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

O cessionário se compromete a:

**I** - Iniciar a construção ou fixar-se no lote no prazo de 03 (três) meses após assinado o contrato, prazo este que poderá ser prorrogado uma única vez, por até mais 03 (três) meses, a critério da Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**II** - destinar o uso do imóvel exclusivamente para fins residenciais da sua família;

**III** - não alugar, emprestar, doar, trocar, ceder ou alienar o imóvel, sob pena de rescisão do contrato, salvo autorização, por escrito, da Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**Parágrafo único** - A partir da assinatura deste contrato, todas as despesas com energia elétrica, água, luz e quaisquer taxas ou impostos emanados do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, correrão por conta do Cessionário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE

#### **Cláusula Oitava - DA QUITAÇÃO DA DÍVIDA**

**I** - Quitada a dívida a Cedente se obriga a averbar o contrato no Cartório de Registro de Imóveis da Circunscrição, correndo as despesas por conta do Cessionário, que passará a ser foreiro da União;

**II** - a escritura de que se trata o presente contrato só ser autorizada após o 12º mês de pagamento das prestações efetuadas, mesmo que, a dívida total do lote seja paga antecipadamente pelo cessionário;

**III** - A partir da data de assinatura da escritura, incidirá sobre o imóvel o foro pelo domínio útil, o qual deverá ser recolhido pelo Cessionário aos cofres da União.

**IV** - Na segunda transferência e nas que se seguirem, além do foro, incidirá sobre a operação o laudêmio sobre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias, desde que onerosa (art. 3º, "caput", do Decreto-Lei nº 2.398, de 21/12/87 e Decreto nº 95.760, de 01/03/88).

*Luciano*

*[Handwritten signatures]*



#### **Clausula Nona - DA COMUNICAÇÃO AO DPU/SC**

Compromete-se a Cedente a comunicar ao Departamento do Patrimônio da União - DPU/SC, toda a transferência levada a efeito, fazendo a juntada dos documentos comprobatórios.

#### **Cláusula Décima - DA PESSOALIDADE**

O presente contrato é pessoal, não podendo ser transferido enquanto não quitado, a menos que tal transferência se faça aos herdeiros legais do cessionário, por motivo de seu falecimento.

#### **Cláusula Décima Primeira - DO SEGURO**

**I** - O cessionário obriga-se a contratar seguro de vida no valor do imóvel durante o período de amortização da dívida, figurando a Cedente como beneficiária, o prêmio dever ser pago juntamente com a prestação mensal.

**II** - Em caso de falecimento do cessionário, o valor do seguro será utilizado para quitar o saldo de sua dívida.

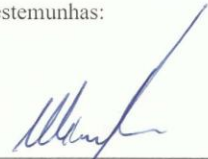
#### **Cláusula Décima Segunda - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Joinville para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir em decorrência deste contrato.


E por estarem acordes as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.


Joinville, 03 de maio de 1999.


Testemunhas:

  
UBIRACI J. DA SILVA,  
551.572.119-53.

  
INELORE JANSEN,  
534.634.989-87.

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE  
Eng. MARCO A. TEBALDI,  
Secretário.

  
Cessionário

 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-IV	REV. CLIENTE 1	FOLHA: 56/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

## D24 – LOTE 22 - QDA XXVI - – CONTRATO Nº 9677

9677  
03985600

**CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO**

Contrato de cessão, sob regime de aforamento, de terreno de marinha situado no bairro Boa Vista, cedido ao Município de Joinville pela União Federal, conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, autorização contida na Portaria n.º 886, de 26 de abril de 1991, do Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 03 de Outubro de 1991, e despacho do Delegado Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, exarado na forma do artigo 125, do Decreto Lei n.º 9760, de 05 de setembro de 1946, com título registrado sob n.º 74.119, de 13 de Outubro de 1993, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, que entre si fazem as partes abaixo identificadas, do imóvel adiante descrito, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

**Cláusula Primeira - DA CEDENTE E DO CESSIONÁRIO**

I - Cedente:

Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CGC n.º 83.163.629/0001-10, autorizada conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, neste ato representada pelo Secretário de Habitação.

II - Cessionário:


**EDIVAN ANTONIO DA SILVA**, brasileiro(a), casado, portador(a) do CPF n.º 865.865.569-53, RG n.º 19/R 2.989.038, residente à Rua São Leopoldo, Quadra n.º 27, Lote n.º 22, bairro Boa Vista.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**

**Cláusula Segunda - DO IMÓVEL**

Urbanização Boa Vista  
Quadra n.º 27  
Lote n.º 22

LOTE 22 : Um terreno situado nesta cidade , na rua São Leopoldo – trecho III, distando 125,14 metros da avenida projetada Beira Mangue, com as seguintes medidas e confrontações: Frente à leste para a rua São Leopoldo trecho III medindo 15,36 metros ; ao norte lado direito de quem da frente olha, medindo 24,13 metros com o lote 14; ao sul, lado esquerdo de quem da frente olha, medindo 13,92 metros com a área dos pescadores; fazendo o travessão de fundos à sudoeste medindo 17,44 metros com a área dos pescadores. Contendo a área de 287,63 m2. (duzentos e oitenta e sete metros e sessenta e três decímetros quadrados).



### Cláusula Terceira - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**I -** O valor total da cessão do imóvel identificado na Cláusula Segunda é de 06 (seis) salários mínimos, que o cessionário pagará em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas de importância equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente por ocasião das respectivas quitações;

**II -** Com exceção da primeira prestação, as demais deverão ser pagas até o dia 10 de cada mês, na Caixa Econômica Federal ou naquele estabelecimento bancário que o concedente indicar, a crédito da conta especial do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento – F.M.T.H.P.S.;

**III -** atraso no pagamento implicará na aplicação de uma multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o débito, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração de mês, sem prejuízo da correção monetária calculada pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) ou de outro índice que venha substituí-lo;

**IV -** A cedente considerará como automaticamente quitado eventual saldo devedor remanescente após o pagamento da última das parcelas convencionadas no inciso I desta cláusula, ressalvando o seu direito de haver do Cessionário eventuais valores por este devidos a título de juros, correção monetária e multa ajustados neste instrumento, os quais, enquanto pendentes de pagamento, facultará ao Cedente o direito de não dar atendimento ao contido no inciso I, da Cláusula Oitava, sem prejuízo de outras medidas objetivando a sua cobrança.

### Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Considera-se rescindido o presente contrato, independentemente de notificação ou de qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, nas seguintes condições:

**I -** quando se verificar atraso no pagamento de 03 (três) prestações, salvo ocorrência de motivo justo, a ser analisado e reconhecido pela Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**II -** se o imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que foi destinada, nos termos do inciso II da Cláusula Sétima;

**III -** se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

**Parágrafo único -** Se verificada a hipótese de a rescisão contratual nos termos do "caput" e demais itens desta cláusula, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, a título de multa, 20% (vinte por cento) da importância paga pelo Cessionário, devidamente atualizada, devolvendo-lhe os 80% (oitenta por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas de valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições.

*[Handwritten signatures and initials]*



#### Cláusula Quinta - DA DESISTÊNCIA

Se na vigência deste contrato optar o Cessionário pela desistência do presente negócio, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, para cobertura de despesas administrativas, 5% (cinco por cento) do valor efetivamente pago pelo Cessionário, devidamente atualizado, devolvendo-lhe os 95% (noventa e cinco por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições, retornando o imóvel, objeto do contrato, ao Cedente.

#### Cláusula Sexta - DO REGIME

O presente contrato se faz pelo regime de cessão sob forma de aforamento.

#### Cláusula Sétima - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

O cessionário se compromete a:

- I** - Iniciar a construção ou fixar-se no lote no prazo de 03 (três) meses após assinado o contrato, prazo este que poderá ser prorrogado uma única vez, por até mais 03 (três) meses, a critério da Cedente, através da Secretaria de Habitação;
- II** - destinar o uso do imóvel exclusivamente para fins residenciais da sua família;
- III** - não alugar, emprestar, doar, trocar, ceder ou alienar o imóvel, sob pena de rescisão do contrato, salvo autorização, por escrito, da Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**Parágrafo único** – A partir da assinatura deste contrato, todas as despesas com energia elétrica, água, luz e quaisquer taxas ou impostos emanados do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, correrão por conta do Cessionário.

#### Cláusula Oitava - DA QUITAÇÃO DA DÍVIDA

- I** - Quitada a dívida a Cedente se obriga a averbar o contrato no Cartório de Registro de Imóveis da Circunscrição, correndo as despesas por conta do Cessionário, que passará a ser foreiro da União;
- II** - a escritura de que se trata o presente contrato só ser autorizada após o 12º mês de pagamento das prestações efetuadas, mesmo que, a dívida total do lote seja paga antecipadamente pelo cessionário;
- III** - A partir da data de assinatura da escritura, incidirá sobre o imóvel o foro pelo domínio útil, o qual deverá ser recolhido pelo Cessionário aos cofres da União.
- IV** - Na segunda transferência e nas que se seguirem, além do foro, incidirá sobre a operação o laudêmio sobre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias, desde que onerosa (art. 3º, "caput", do Decreto-Lei nº 2.398, de 21/12/87 e Decreto nº 95.760, de 01/03/88).

*[Handwritten signatures and initials]*

#### **Clausula Nona - DA COMUNICAÇÃO AO DPU/SC**

Compromete-se a Cedente a comunicar ao Departamento do Patrimônio da União - DPU/SC, toda a transferência levada a efeito, fazendo a juntada dos documentos comprobatórios.

#### **Cláusula Décima - DA PESSOALIDADE**

O presente contrato é pessoal, não podendo ser transferido enquanto não quitado, a menos que tal transferência se faça aos herdeiros legais do cessionário, por motivo de seu falecimento.

#### **Cláusula Décima Primeira - DO SEGURO**

I - O cessionário obriga-se a contratar seguro de vida no valor do imóvel durante o período de amortização da dívida, figurando a Cedente como beneficiária, o prêmio dever ser pago juntamente com a prestação mensal.

II - Em caso de falecimento do cessionário, o valor do seguro será utilizado para quitar o saldo de sua dívida.

#### **Cláusula Décima Segunda - DO FORO**


Fica eleito o foro da Comarca de Joinville para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir em decorrência deste contrato.

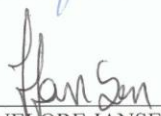
E por estarem acordes as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.


PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE

Joinville, 10 de junho de 1999.

Testemunhas:


  
UBIRACI J. DA SILVA,  
551.572.119-53.

  
INELORE JANSEN,  
534.634.989-87.

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE  
Eng. MARCO A. TEBALDI,  
Secretário.

  
Edivan Antonio da Silva  
Cessionário



 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-lv	REV. CLIENTE 1	FOLHA: 60/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

## D49 – LOTE 17 - QDA XXVII – – CONTRATO Nº 6795

CONTRATO n.º: 6795 Pg. n.º 010  
9394  
04005600

**CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO**

Contrato de cessão, sob regime de aforamento, de terreno de marinha situado no bairro Boa Vista, cedido ao Município de Joinville pela União Federal, conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, autorização contida na Portaria n.º 886, de 26 de abril de 1991, do Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 03 de Outubro de 1991, e despacho do Delegado Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, exarado na forma do artigo 125, do Decreto Lei n.º 9760, de 05 de setembro de 1946, com título registrado sob n.º 74.119, de 13 de Outubro de 1993, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, que entre si fazem as partes abaixo identificadas, do imóvel adiante descrito, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

**Cláusula Primeira - DA CEDENTE E DO CESSIONÁRIO**

I - Cedente:

Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CGC n.º 83.163.629/0001-10, autorizada conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, neste ato representada pelo Secretário de Habitação.



II - Cessionário:

**AUGUSTO FERREIRA DE OLIVEIRA**, brasileiro(a), casado, portador(a) do CPF n.º 699.865.339-53, RG n.º 4852886-4, residente à Rua Servidão N, Quadra n.º 27, Lote n.º 17, bairro Boa Vista.

**Cláusula Segunda - DO IMÓVEL A MUNICIPAL DE JOINVILLE**

Urbanização Boa Vista  
Quadra n.º 27  
Lote n.º 17

LOTE 17: Um terreno situado nesta cidade, na Servidão N, distando 34,31 metros da Rua São Leopoldo - trecho III, Bairro Boa Vista, com as seguintes medidas e confrontações: frente a sudeste em duas linhas a primeira em reta com 15,33 metros, a segunda em curva de esquina a direita desenvolvendo 3,56 metros, ambas no alinhamento da Servidão N e ao sul lado direito de quem da frente olha com 21,10 metros, confrontando com lote n.º 16, e ao norte, lado esquerdo de quem da frente olha com 29,04, confrontando com lote 18, fazendo travessão dos fundos a leste com 12,73 metros, confrontando com o lote n.º 11. Contendo área total de 316,29 m² (trezentos e dezesseis metros e vinte e nove decímetros quadrados).



CONTRATO n.º: 6795 Pg. n.º 009

### Cláusula Terceira - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**I** - O valor total da cessão do imóvel identificado na Cláusula Segunda é de 06 (seis) salários mínimos, que o cessionário pagará em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas de importância equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente por ocasião das respectivas quitações;

**II** - Com exceção da primeira prestação, as demais deverão ser pagas até o dia 10 de cada mês, na Caixa Econômica Federal ou naquele estabelecimento bancário que o concedente indicar, a crédito da conta especial do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento - F.M.T.H.P.S.;

**III** - atraso no pagamento implicará na aplicação de uma multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o débito, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração de mês, sem prejuízo da correção monetária calculada pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) ou de outro índice que venha substituí-lo;

**IV** - A cedente considerará como automaticamente quitado eventual saldo devedor remanescente após o pagamento da última das parcelas convencionadas no inciso I desta cláusula, ressalvando o seu direito de haver do Cessionário eventuais valores por este devidos a título de juros, correção monetária e multa ajustados neste instrumento, os quais, enquanto pendentes de pagamento, facultará ao Cedente o direito de não dar atendimento ao contido no inciso I, da Cláusula Oitava, sem prejuízo de outras medidas objetivando a sua cobrança.

### Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Considera-se rescindido o presente contrato, independentemente de notificação ou de qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, nas seguintes condições:

**I** - quando se verificar atraso no pagamento de 03 (três) prestações, salvo ocorrência de motivo justo, a ser analisado e reconhecido pela Cedente, através da Secretaria de Habitação;

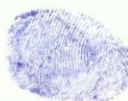
**II** - se o imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que foi destinada, nos termos do inciso II da Cláusula Sétima;

**III** - se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

**Parágrafo único** - Se verificada a hipótese de a rescisão contratual nos termos do "caput" e demais itens desta cláusula, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, a título de multa, 20% (vinte por cento) da importância paga pelo Cessionário, devidamente atualizada, devolvendo-lhe os 80% (oitenta por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas de valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições.

### Cláusula Quinta - DA DESISTÊNCIA

Se na vigência deste contrato optar o Cessionário pela desistência do presente negócio, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, para cobertura de despesas



*Handwritten signature or initials.*

CONTRATO nº.: 6795 Pg. nº. 008

administrativas, 5% (cinco por cento) do valor efetivamente pago pelo Cessionário, devidamente atualizado, devolvendo-lhe os 95% (noventa e cinco por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições, retornando o imóvel, objeto do contrato, ao Cedente.

#### Cláusula Sexta - DO REGIME

O presente contrato se faz pelo regime de cessão sob forma de aforamento.

#### Cláusula Sétima - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

O cessionário se compromete a:

- I - Iniciar a construção ou fixar-se no lote no prazo de 03 (três) meses após assinado o contrato, prazo este que poderá ser prorrogado uma única vez, por até mais 03 (três) meses, a critério da Cedente, através da Secretaria de Habitação;
- II - destinar o uso do imóvel exclusivamente para fins residenciais da sua família;
- III - não alugar, emprestar, doar, trocar, ceder ou alienar o imóvel, sob pena de rescisão do contrato, salvo autorização, por escrito, da Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**Parágrafo único** - A partir da assinatura deste contrato, todas as despesas com energia elétrica, água, luz e quaisquer taxas ou impostos emanados do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, correrão por conta do Cessionário.

#### Cláusula Oitava - DA QUITAÇÃO DA DÍVIDA

- I - Quitada a dívida a Cedente se obriga a averbar o contrato no Cartório de Registro de Imóveis da Circunscrição, correndo as despesas por conta do Cessionário, que passará a ser foreiro da União;
- II - a escritura de que se trata o presente contrato só ser autorizada após o 12º mês de pagamento das prestação efetuadas, mesmo que, a dívida total do lote seja paga antecipadamente pelo cessionário;
- III - A partir da data de assinatura da escritura, incidirá sobre o imóvel o foro pelo domínio útil, o qual deverá ser recolhido pelo Cessionário aos cofres da União.
- IV - Na segunda transferência e nas que se seguirem, além do foro, incidirá sobre a operação o laudêmio sobre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias, desde que onerosa (art. 3º, "caput", do Decreto-Lei nº 2.398, de 21/12/87 e Decreto nº 95.760, de 01/03/88).



*Handwritten signature or initials in blue ink.*

CONTRATO n.º: 6795 Pg. n.º 007

#### **Clausula Nona - DA COMUNICAÇÃO AO DPU/SC**

Compromete-se a Cedente a comunicar ao Departamento do Patrimônio da União - DPU/SC, toda a transferência levada a efeito, fazendo a juntada dos documentos comprobatórios.

#### **Cláusula Décima - DA PESSOALIDADE**

O presente contrato é pessoal, não podendo ser transferido enquanto não quitado, a menos que tal transferência se faça aos herdeiros legais do cessionário, por motivo de seu falecimento.

#### **Cláusula Décima Primeira - DO SEGURO**

**I** - O cessionário obriga-se a contratar seguro de vida no valor do imóvel durante o período de amortização da dívida, figurando a Cedente como beneficiária, o prêmio dever ser pago juntamente com a prestação mensal.

**II** - Em caso de falecimento do cessionário, o valor do seguro será utilizado para quitar o saldo de sua dívida.

#### **Cláusula Décima Segunda - DO FORO**


Fica eleito o foro da Comarca de Joinville para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir em decorrência deste contrato.

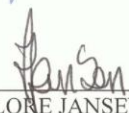
#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**


E por estarem acordes as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Joinville, 16 de abril de 1999.

Testemunhas:


  
UBIRACI J. DA SILVA,  
551.572.119-53.

  
INELORE JANSEN,  
534.634.989-87.


  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**  
**Eng. MARCO A. TEBALDI,**  
**Secretário.**

  
\_\_\_\_\_  
Cessionário



 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-IV	REV. CLIENTE 1	FOLHA: 64/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

## D50 – LOTE 16 - QDA XXVII - - CONTRATO Nº 12960

Secretaria de Habitação
Folha: 65
Rubrica: 

### CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO

Contrato de cessão, sob regime de aforamento, de terreno de marinha situado no bairro Boa Vista, cedido ao Município de Joinville pela União Federal, conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, autorização contida na Portaria n.º 886, de 26 de abril de 1991, do Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 03 de Outubro de 1991, e despacho do Delegado Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, exarado na forma do artigo 125, do Decreto Lei n.º 9760, de 05 de setembro de 1946, com título registrado sob n.º 74.119, de 13 de Outubro de 1993, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, que entre si fazem as partes abaixo identificadas, do imóvel adiante descrito, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

#### **Cláusula Primeira - DA CEDENTE E DO CESSIONÁRIO**

##### **I - Cedente:**

Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CGC n.º 83.163.629/0001-10, autorizada conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, neste ato representada pelo Secretário de Habitação.

##### **II - Cessionário:**

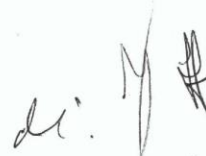
**GABRIELA MARCELINO KURCHAKI**, brasileiro(a), casada, portador(a) do CPF n.º 791.482.049-00, RG n.º 2/R 2.844.704, residente à Rua Servidão N, Quadra n.º 27, Lote n.º 16, bairro Boa Vista.

#### **Cláusula Segunda - DO IMÓVEL**

Urbanização Boa Vista  
Quadra n.º 27  
Lote n.º 16

**LOTE 16:** Um terreno situado nesta cidade, na Servidão N, distante 66,98 metros da Rua São Leopoldo - trecho III, Bairro Boa Vista, com as seguintes medidas e confrontações: frente a sudeste com 16,64 metros, no alinhamento da Servidão N e ao sul lado direito de quem da frente olha com 18,35 metros, confrontando com lote n.º 15, e ao norte, lado esquerdo de quem da frente olha com 27,00, confrontando com lotes n.º 11 e 17, fazendo travessão dos fundos a leste com 13,90 metros, confrontando com o lote n.º 12. Contendo área total de 311 m² (trezentos e onze metros e oito decímetros quadrados).





Secretaria de Habitação
Folha: 04
Rubrica: [assinatura]

### Cláusula Terceira - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- I** - O valor total da cessão do imóvel identificado na Cláusula Segunda é de 06 (seis) salários mínimos, que o cessionário pagará em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas de importância equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente por ocasião das respectivas quitações;
- II** - Com exceção da primeira prestação, as demais deverão ser pagas até o dia 10 de cada mês, na Caixa Econômica Federal ou naquele estabelecimento bancário que o concedente indicar, a crédito da conta especial do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento - F.M.T.H.P.S.;
- III** - atraso no pagamento implicará na aplicação de uma multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o débito, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração de mês, sem prejuízo da correção monetária calculada pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) ou de outro índice que venha substituí-lo;
- IV** - A cedente considerará como automaticamente quitado eventual saldo devedor remanescente após o pagamento da última das parcelas convencionadas no inciso I desta cláusula, ressalvando o seu direito de haver do Cessionário eventuais valores por este devidos a título de juros, correção monetária e multa ajustados neste instrumento, os quais, enquanto pendentes de pagamento, facultará ao Cedente o direito de não dar atendimento ao contido no inciso I, da Cláusula Oitava, sem prejuízo de outras medidas objetivando a sua cobrança.

### Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Considera-se rescindido o presente contrato, independentemente de notificação ou de qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, nas seguintes condições:

- I** - quando se verificar atraso no pagamento de 03 (três) prestações, salvo ocorrência de motivo justo, a ser analisado e reconhecido pela Cedente, através da Secretaria de Habitação;
- II** - se o imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que foi destinada, nos termos do inciso II da Cláusula Sétima;
- III** - se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.


**Parágrafo único** - Se verificada a hipótese de a rescisão contratual nos termos do "caput" e demais itens desta cláusula, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, a título de multa, 20% (vinte por cento) da importância paga pelo Cessionário, devidamente atualizada, devolvendo-lhe os 80% (oitenta por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas de valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições.

### Cláusula Quinta - DA DESISTÊNCIA

Se na vigência deste contrato optar o Cessionário pela desistência do presente negócio, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, para cobertura de despesas

[assinatura]

[assinatura]

Secretaria de Habitação
Folha: 03
Rubrica: 

administrativas, 5% (cinco por cento) do valor efetivamente pago pelo Cessionário, devidamente atualizado, devolvendo-lhe os 95% (noventa e cinco por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições, retornando o imóvel, objeto do contrato, ao Cedente.

#### Cláusula Sexta - DO REGIME

O presente contrato se faz pelo regime de cessão sob forma de aforamento.

#### Cláusula Sétima - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

O cessionário se compromete a:

- I - Iniciar a construção ou fixar-se no lote no prazo de 03 (três) meses após assinado o contrato, prazo este que poderá ser prorrogado uma única vez, por até mais 03 (três) meses, a critério da Cedente, através da Secretaria de Habitação;
- II - destinar o uso do imóvel exclusivamente para fins residenciais da sua família;
- III - não alugar, emprestar, doar, trocar, ceder ou alienar o imóvel, sob pena de rescisão do contrato, salvo autorização, por escrito, da Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**Parágrafo único** - A partir da assinatura deste contrato, todas as despesas com energia elétrica, água, luz e quaisquer taxas ou impostos emanados do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, correrão por conta do Cessionário.

#### Cláusula Oitava - DA QUITAÇÃO DA DÍVIDA

- I - Quitada a dívida a Cedente se obriga a averbar o contrato no Cartório de Registro de Imóveis da Circunscrição, correndo as despesas por conta do Cessionário, que passará a ser foreiro da União;
- II - a escritura de que se trata o presente contrato só ser autorizada após o 12º mês de pagamento das prestações efetuadas, mesmo que, a dívida total do lote seja paga antecipadamente pelo cessionário;
- III - A partir da data de assinatura da escritura, incidirá sobre o imóvel o foro pelo domínio útil, o qual deverá ser recolhido pelo Cessionário aos cofres da União.
- IV - Na segunda transferência e nas que se seguirem, além do foro, incidirá sobre a operação o laudêmio sobre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias, desde que onerosa (art. 3º, "caput", do Decreto-Lei nº 2.398, de 21/12/87 e Decreto nº 95.760, de 01/03/88).







**Clausula Nona - DA COMUNICAÇÃO AO DPU/SC**

Compromete-se a Cedente a comunicar ao Departamento do Patrimônio da União - DPU/SC, toda a transferência levada a efeito, fazendo a juntada dos documentos comprobatórios.

**Cláusula Décima - DA PESSOALIDADE**

O presente contrato é pessoal, não podendo ser transferido enquanto não quitado, a menos que tal transferência se faça aos herdeiros legais do cessionário, por motivo de seu falecimento.

**Cláusula Décima Primeira - DO SEGURO**

- I -** O cessionário obriga-se a contratar seguro de vida no valor do imóvel durante o período de amortização da dívida, figurando a Cedente como beneficiária, o prêmio dever ser pago juntamente com a prestação mensal.
- II -** Em caso de falecimento do cessionário, o valor do seguro será utilizado para quitar o saldo de sua dívida.

**Cláusula Décima Segunda - DO FORO**


Fica eleito o foro da Comarca de Joinville para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir em decorrência deste contrato.


**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**


E por estarem acordes as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Joinville, 16 de abril de 1999.


Testemunhas:

  
UBIRACI J. DA SILVA,  
551.572.119-53.

  
INELORE JANSEN,  
534.634.989-87.

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE  
Eng. MARCO A. TEBALDI,  
Secretário.

  
Cessionário

 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-IV	REV. CLIENTE 1	FOLHA: 68/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

## D51 – LOTE 15 - QDA XXVII - – CONTRATO Nº 14475

9392

**CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO**

Contrato de cessão, sob regime de aforamento, de terreno de marinha situado no bairro Boa Vista, cedido ao Município de Joinville pela União Federal, conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, autorização contida na Portaria n.º 886, de 26 de abril de 1991, do Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 03 de Outubro de 1991, e despacho do Delegado Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, exarado na forma do artigo 125, do Decreto Lei n.º 9760, de 05 de setembro de 1946, com título registrado sob n.º 74.119, de 13 de Outubro de 1993, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, que entre si fazem as partes abaixo identificadas, do imóvel adiante descrito, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

**Cláusula Primeira - DA CEDENTE E DO CESSIONÁRIO**

I - Cedente:

Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CGC n.º 83.163.629/0001-10, autorizada conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, neste ato representada pelo Secretário de Habitação.

II - Cessionário:


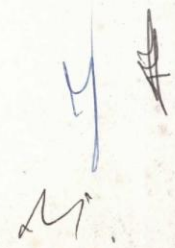
**MIGUEL BORGES**, brasileiro(a), casado, portador(a) do CPF n.º 521.886.529-91, RG n.º 11/R 623.425, residente à Rua Servidão N, Quadra n.º 27, Lote n.º 15, bairro Boa Vista.

**Cláusula Segunda - DO IMÓVEL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**

Urbanização Boa Vista  
Quadra n.º 27  
Lote n.º 15

**LOTE 15:** Um terreno situado nesta cidade, na Servidão N, distando 48,44 metros da Rua São Leopoldo - trecho III, Bairro Boa Vista, com as seguintes medidas e confrontações: frente a sudeste com 18,54 metros, no alinhamento da Servidão N e ao sul lado direito de quem da frente olha com 11,97 metros, confrontando com lote n.º 14, e ao norte, lado esquerdo de quem da frente olha com 22,40, confrontando com lotes 16, fazendo travessão dos fundos a leste com 16,00 metros, confrontando com o lote n.º 13. Contendo área total de 269,93 m² (duzentos e nove metros e noventa e três decímetros quadrados).

### Cláusula Terceira - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**I** - O valor total da cessão do imóvel identificado na Cláusula Segunda é de 06 (seis) salários mínimos, que o cessionário pagará em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas de importância equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente por ocasião das respectivas quitações;

**II** - Com exceção da primeira prestação, as demais deverão ser pagas até o dia 10 de cada mês, na Caixa Econômica Federal ou naquele estabelecimento bancário que o concedente indicar, a crédito da conta especial do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento - F.M.T.H.P.S.;

**III** - atraso no pagamento implicará na aplicação de uma multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o débito, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração de mês, sem prejuízo da correção monetária calculada pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) ou de outro índice que venha substituí-lo;

**IV** - A cedente considerará como automaticamente quitado eventual saldo devedor remanescente após o pagamento da última das parcelas convencionadas no inciso I desta cláusula, ressalvando o seu direito de haver do Cessionário eventuais valores por este devidos a título de juros, correção monetária e multa ajustados neste instrumento, os quais, enquanto pendentes de pagamento, facultará ao Cedente o direito de não dar atendimento ao contido no inciso I, da Cláusula Oitava, sem prejuízo de outras medidas objetivando a sua cobrança.

### Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Considera-se rescindido o presente contrato, independentemente de notificação ou de qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, nas seguintes condições:

**I** - quando se verificar atraso no pagamento de 03 (três) prestações, salvo ocorrência de motivo justo, a ser analisado e reconhecido pela Cedente, através da Secretaria de Habitação;

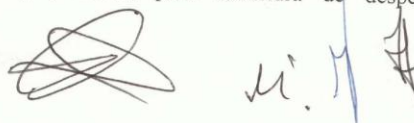
**II** - se o imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que foi destinada, nos termos do inciso II da Cláusula Sétima;

**III** - se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

**Parágrafo único** - Se verificada a hipótese de a rescisão contratual nos termos do "caput" e demais itens desta cláusula, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, a título de multa, 20% (vinte por cento) da importância paga pelo Cessionário, devidamente atualizada, devolvendo-lhe os 80% (oitenta por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas de valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições.

### Cláusula Quinta - DA DESISTÊNCIA

Se na vigência deste contrato optar o Cessionário pela desistência do presente negócio, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, para cobertura de despesas





administrativas, 5% (cinco por cento) do valor efetivamente pago pelo Cessionário, devidamente atualizado, devolvendo-lhe os 95% (noventa e cinco por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições, retornando o imóvel, objeto do contrato, ao Cedente.

#### **Cláusula Sexta - DO REGIME**

O presente contrato se faz pelo regime de cessão sob forma de aforamento.

#### **Cláusula Sétima - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

O cessionário se compromete a:

- I** - Iniciar a construção ou fixar-se no lote no prazo de 03 (três) meses após assinado o contrato, prazo este que poderá ser prorrogado uma única vez, por até mais 03 (três) meses, a critério da Cedente, através da Secretaria de Habitação;
- II** - destinar o uso do imóvel exclusivamente para fins residenciais da sua família;
- III** - não alugar, emprestar, doar, trocar, ceder ou alienar o imóvel, sob pena de rescisão do contrato, salvo autorização, por escrito, da Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**Parágrafo único** - A partir da assinatura deste contrato, todas as despesas com energia elétrica, água, luz e quaisquer taxas ou impostos emanados do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, correrão por conta do Cessionário.

#### **Cláusula Oitava - DA QUITAÇÃO DA DÍVIDA**

- I** - Quitada a dívida a Cedente se obriga a averbar o contrato no Cartório de Registro de Imóveis da Circunscrição, correndo as despesas por conta do Cessionário, que passará a ser foreiro da União;
- II** - a escritura de que se trata o presente contrato só ser autorizada após o 12º mês de pagamento das prestações efetuadas, mesmo que, a dívida total do lote seja paga antecipadamente pelo cessionário;
- III** - A partir da data de assinatura da escritura, incidirá sobre o imóvel o foro pelo domínio útil, o qual deverá ser recolhido pelo Cessionário aos cofres da União.
- IV** - Na segunda transferência e nas que se seguirem, além do foro, incidirá sobre a operação o laudêmio sobre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias, desde que onerosa (art. 3º, "caput", do Decreto-Lei nº 2.398, de 21/12/87 e Decreto nº 95.760, de 01/03/88).



**Clausula Nona - DA COMUNICAÇÃO AO DPU/SC**

Compromete-se a Cedente a comunicar ao Departamento do Patrimônio da União - DPU/SC, toda a transferência levada a efeito, fazendo a juntada dos documentos comprobatórios.

**Cláusula Décima - DA PESSOALIDADE**

O presente contrato é pessoal, não podendo ser transferido enquanto não quitado, a menos que tal transferência se faça aos herdeiros legais do cessionário, por motivo de seu falecimento.

**Cláusula Décima Primeira - DO SEGURO**

I - O cessionário obriga-se a contratar seguro de vida no valor do imóvel durante o período de amortização da dívida, figurando a Cedente como beneficiária, o prêmio dever ser pago juntamente com a prestação mensal.

II - Em caso de falecimento do cessionário, o valor do seguro será utilizado para quitar o saldo de sua dívida.


**Cláusula Décima Segunda - DO FORO**

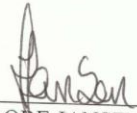
Fica eleito o foro da Comarca de Joinville para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir em decorrência deste contrato.


**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**  
E por estarem acordes as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.


Joinville, 16 de abril de 1999.


Testemunhas:

  
UBIRACI J. DA SILVA,  
551.572.119-53.

  
INELORE JANSEN,  
534.634.989-87.

  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**  
Eng. MARCO A. TEBALDI,  
Secretário.

  
Cessionário

 <b>PLANAVE S.A.</b> Estudos e Projetos de Engenharia	Nº CLIENTE: I-OAESV-X-R1/16-250-IV	REV. CLIENTE 1	FOLHA: 72/108
	Nº PLANAVE: MD-F01-B17-1101	REV. PLANAVE A	

## D52 – LOTE 14 - QDA XXVII - -- CONTRATO Nº 11.371/2010

### CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO

Contrato de cessão, sob regime de aforamento, de terreno de marinha situado no bairro Boa Vista, cedido ao Município de Joinville pela União Federal, conforme Processo MF n.º 10983002953/91-13, autorização contida na Portaria n.º 886, de 26 de abril de 1991, do Secretário da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 03 de Outubro de 1991, e despacho do Delegado Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, exarado na forma do artigo 125, do Decreto Lei n.º 9760, de 05 de setembro de 1946, com título registrado sob n.º 74.119, de 13 de Outubro de 1993, no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, que entre si fazem as partes abaixo identificadas, do imóvel adiante descrito, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

#### Cláusula Primeira - DA CEDENTE E DO CESSIONÁRIO

##### I - Cedente:

Prefeitura Municipal de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CGC n.º 83.163.629/0001-10, autorizada conforme Processo MF n.º 10983002949/91-38, neste ato representada pelo Secretário de Habitação.

##### II - Cessionário:

**ADAILDE MARIA DE PAULA**, brasileiro(a), viuvo(a), portador(a) do CPF n.º 017.553.959-65, RG n.º 2/C 3.575.567; residente à Rua São Leopoldo, Quadra - Lote: 27 - 14, bairro Boa Vista.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE

#### Cláusula Segunda - DO IMÓVEL

Urbanização Boa Vista

Quadra n.º 27

**Lote n.º 14**

LOTE 14: Um terreno situado nesta cidade, na Rua São Leopoldo - trecho III, Bairro Boa Vista, distando 115,12 metros da avenida projetada Beira Mangue, com as seguintes medidas e confrontações: frente à leste para a rua São Leopoldo trecho III medindo 10,02 metros; ao norte lado direito de quem da frente olha, medindo 31,27 metros, com os lotes 13 e 15; ao sul, lado esquerdo de quem da frente olha medindo 24,13 metros com o lote 22 da mesma quadra; fazendo o travessão de fundos à oeste medindo 12,71 metros com a área dos pescadores. Contendo a área de 279,41 m². (duzentos e setenta e nove metros e quarenta e um decímetros quadrados).



### Cláusula Terceira - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**I** - O valor total da cessão do imóvel identificado na Cláusula Segunda é de 06 (seis) salários mínimos, que o cessionário pagará em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas de importância equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente por ocasião das respectivas quitações;

**II** - Com exceção da primeira prestação, as demais deverão ser pagas até o dia 10 de cada mês, na Caixa Econômica Federal ou naquele estabelecimento bancário que o concedente indicar, a crédito da conta especial do Fundo Municipal de Terras, Habitação Popular e Saneamento - F.M.T.H.P.S.;

**III** - atraso no pagamento implicará na aplicação de uma multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o débito, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) por mês ou fração de mês, sem prejuízo da correção monetária calculada pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado) ou de outro índice que venha substituí-lo;

**IV** - A cedente considerará como automaticamente quitado eventual saldo devedor remanescente após o pagamento da última das parcelas convencionadas no inciso I desta cláusula, ressalvando o seu direito de haver do Cessionário eventuais valores por este devidos a título de juros, correção monetária e multa ajustados neste instrumento, os quais, enquanto pendentes de pagamento, facultará ao Cedente o direito de não dar atendimento ao contido no inciso I, da Cláusula Oitava, sem prejuízo de outras medidas objetivando a sua cobrança.

### Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Considera-se rescindido o presente contrato, independentemente de notificação ou de qualquer outra formalidade judicial ou extrajudicial, nas seguintes condições:

**I** - quando se verificar atraso no pagamento de 03 (três) prestações, salvo ocorrência de motivo justo, a ser analisado e reconhecido pela Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**II** - se o imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que foi destinada, nos termos do inciso II da Cláusula Sétima;

**III** - se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

**Parágrafo único** - Se verificada a hipótese de a rescisão contratual nos termos do "caput" e demais itens desta cláusula, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, a título de multa, 20% (vinte por cento) da importância paga pelo Cessionário, devidamente atualizada, devolvendo-lhe os 80% (oitenta por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas de valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições.

### Cláusula Quinta - DA DESISTÊNCIA

Se na vigência deste contrato optar o Cessionário pela desistência do presente negócio, a Cedente, através da Secretaria de Habitação, reterá, para cobertura de despesas

administrativas, 5% (cinco por cento) do valor efetivamente pago pelo Cessionário, devidamente atualizado, devolvendo-lhe os 95% (noventa e cinco por cento) restantes em tantas parcelas quantas sejam necessárias para ultimar a restituição, cada uma delas no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no momento das restituições, retornando o imóvel, objeto do contrato, ao Cedente.

#### **Cláusula Sexta - DO REGIME**

O presente contrato se faz pelo regime de cessão sob forma de aforamento.

#### **Cláusula Sétima - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

O cessionário se compromete a:

- I** - Iniciar a construção ou fixar-se no lote no prazo de 03 (três) meses após assinado o contrato, prazo este que poderá ser prorrogado uma única vez, por até mais 03 (três) meses, a critério da Cedente, através da Secretaria de Habitação;
- II** - destinar o uso do imóvel exclusivamente para fins residenciais da sua família;
- III** - não alugar, emprestar, doar, trocar, ceder ou alienar o imóvel, sob pena de rescisão do contrato, salvo autorização, por escrito, da Cedente, através da Secretaria de Habitação;

**Parágrafo único** – A partir da assinatura deste contrato, todas as despesas com energia elétrica, água, luz e quaisquer taxas ou impostos emanados do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, correrão por conta do Cessionário.

#### **Cláusula Oitava - DA QUITAÇÃO DA DÍVIDA**

- I** - Quitada a dívida a Cedente se obriga a averbar o contrato no Cartório de Registro de Imóveis da Circunscrição, correndo as despesas por conta do Cessionário, que passará a ser foreiro da União;
- II** - a escritura de que se trata o presente contrato só ser autorizada após o 12º mês de pagamento das prestação efetuadas, mesmo que, a dívida total do lote seja paga antecipadamente pelo cessionário;
- III** - A partir da data de assinatura da escritura, incidirá sobre o imóvel o foro pelo domínio útil, o qual deverá ser recolhido pelo Cessionário aos cofres da União.
- IV** - Na segunda transferência e nas que se seguirem, além do foro, incidirá sobre a operação o laudêmio sobre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias, desde que onerosa (art. 3º, "caput", do Decreto-Lei nº 2.398, de 21/12/87 e Decreto nº 95.760, de 01/03/88).

A

mi.

**Clausula Nona - DA COMUNICAÇÃO AO DPU/SC**

Compromete-se a Cedente a comunicar ao Departamento do Patrimônio da União - DPU/SC, toda a transferência levada a efeito, fazendo a juntada dos documentos comprobatórios.

**Cláusula Décima - DA PESSOALIDADE**

O presente contrato é pessoal, não podendo ser transferido enquanto não quitado, a menos que tal transferência se faça aos herdeiros legais do cessionário, por motivo de seu falecimento.

**Cláusula Décima Primeira - DO SEGURO**

**I** - O cessionário obriga-se a contratar seguro de vida no valor do imóvel durante o período de amortização da dívida, figurando a Cedente como beneficiária, o prêmio dever ser pago juntamente com a prestação mensal.

**II** - Em caso de falecimento do cessionário, o valor do seguro será utilizado para quitar o saldo de sua dívida.

**Cláusula Décima Segunda - DO FORO**


Fica eleito o foro da Comarca de Joinville para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir em decorrência deste contrato.


**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**


E por estarem acordes as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Joinville, 16 de abril de 1999.

Testemunhas:

  
UBIRACI J. DA SILVA,  
551.572.119-53.

  
INELORE JANSEN,  
534.634.989-87.

  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**  
Eng. MARCO A. TEBALDI,  
Secretário.

  
Cessionário





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**  
**SECRETARIA DE HABITAÇÃO**

**TERMO DE TRANSFERÊNCIA**

Por este Instrumento Particular de Transferência, as partes adiante mencionadas e qualificadas no item 1 deste instrumento, têm, entre si, justas e contratadas, o seguinte:

**1 – QUALIFICAÇÃO DAS PARTES**

CONCESSIONÁRIO(A)(S) ANTERIOR(A)(ES): **ADAILDE MARIA DE PAULA**, brasileiro(a), VIUVO(A), portador(a) do CPF n.º 017.553.959-65, Cédula de Identidade nº 2/C-3.575.567 ; residente(s) e domiciliado(s) em Joinville/SC.

CONCESSIONÁRIO(A)(S) NOVO(A)(S): **SILVANA DE PAULA**, brasileiro(a), AMASIADO, inscrito(a) no CPF/MF. sob o nº 920.612.309-20, e portador(a) da Cédula de Identidade nº 3.319.122-0, SESP-SC e **MARIO MARTINS MIORIM**, brasileiro(a), AMASIADO, inscrito(a) no CPF/MF. sob o nº 745.284.089-53, e portador(a) da Cédula de Identidade nº 5029685 SSP-PR; residente(s) e domiciliado(s) em Joinville/SC.

2 – CONCEDENTE ANUENTE: Município de Joinville, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 83.169.623/0001-10, neste ato representado pelo Secretário de Habitação do Município.

**3 – ELEMENTOS IDENTIFICADORES DO CONTRATO ORIGINÁRIO**

CONTRATO DE CESSÃO SOB REGIME DE AFORAMENTO Nº 4006, ASSINADO EM 16/04/1999, RELATIVO AO LOTE n.º 14 QUADRA 027, URB. BOA VISTA.

4 – Neste ato o(s) CONCESSIONÁRIO(A)(S) ANTERIOR(A)(ES), com a anuência do CONCEDENTE, transfere(m) para os CONCESSIONÁRIO(A)(S) NOVO(A)(S) o contrato descrito no campo “3” deste instrumento.

5 – Assim, com a transferência aqui formalizada, o(s) CONCESSIONÁRIO(A)(S) NOVO(A)(S) assume(m) todos os direitos e obrigações do contrato descrito no campo “3” deste instrumento, comprometendo-se a cumpri-lo, sob as penalidades já previstas em cláusulas contratuais e na legislação. Consequentemente, ficam quitados todos os direitos e obrigações em relação a(o)(s) CONCESSIONÁRIO(A)(S) ANTERIOR(ES), prosseguindo-se o contrato entre o CONCEDENTE e o(a)(s) CONCESSIONÁRIO(A)(S) NOVO(A)(S). Contrato transferido **QUITADO** nº 11371.

*Adailde Maria*  
*Silvana*

*Mario*

Contrato nº 11371

6 - As partes ratificam os demais termos, condições e cláusulas constantes do Contrato anteriormente firmado, e descrito no campo "3" deste instrumento, ficando este fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que, juntos produzam um só efeito.

E pôr estarem assim de pleno acordo com as condições deste instrumento, assinam o presente:

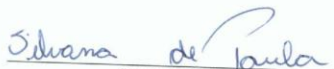
Joinville, 17 de Dezembro de 2010.


ASSINATURA DAS PARTES:

CONCESSIONÁRIO(A)(S) ANTERIOR(ES):

  
ADAILDE MARIA DE PAULA  
017.553.959-65


CONCESSIONÁRIO(A)(S) NOVO(A)(S):


  
SILVANA DE PAULA  
920.612.309-20

  
MARIO MARTINS MIORIM  
745.284.089-53

CONCEDENTE ANUENTE:

  
ALSIENE GOMES DE OLIVEIRA FILHO  
Secretário

  
INELORE JANSEN  
Gerente da Unid. De Serv. Social

  
UBIRACI JOSÉ DA SILVA  
Gerente de Unidade de Fomento

Testemunhas:

  
Eloísa Helena Garcia

  
Luciana Sabina Ormianin Felipe